

Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2010

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, a inadimplência superior a 90 dias, de 5,0% na média de 2010, ficou abaixo do nível de 5,5% observado no ano anterior.

O setor externo da economia brasileira refletiu esse maior dinamismo da demanda interna em relação à externa. Em virtude da redução do saldo comercial, dos ingressos de derivados de serviços e rendas e de transferências unilaterais o saldo em transações correntes com o resto do mundo foi deficitário em montante equivalente a 2,3% do PIB, frente a 1,5% observado no ano anterior. Por outro lado, os ingressos na conta de capital e financeira foram, mais uma vez, superiores ao déficit em transações correntes, com o consequente aumento das reservas internacionais do País. Nesse contexto, a moeda nacional seguiu em trajetória de apreciação frente ao dólar norte-americano. De fato, a paridade cambial de final de período atingiu R\$/US\$ 1,67 em 2010, frente à cotação de R\$/US\$ 1,74 observada ao final do ano anterior.

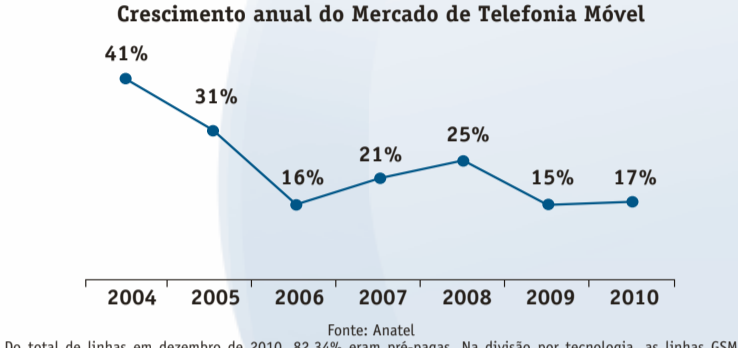
O fortalecimento do real não foi suficiente, no entanto, para evitar a alta da inflação ao longo do ano. Dois fatores foram determinantes. Primeiramente, os preços internacionais de diferentes *commodities* mostraram recuperação. De acordo com informações disponibilizadas pelo *Commodities Research Bureau*, os preços em dólar de *commodities* primárias apresentaram alta de 12,7% ao longo do ano. Adicionalmente, o dinamismo da atividade econômica doméstica manteve elevada a inflação de bens e serviços não comercializados. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que além dos preços ao consumidor engloba também os preços no atacado e da construção civil, apresentou avanço de 11,30%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por sua vez, registrou alta de 5,91%, acima do centro da meta perseguida pelo Banco Central do Brasil, de 4,5%. Diante disso, a autoridade monetária acabou por elevar a taxa básica de juros de 8,75% em dezembro de 2009 para 10,75% ao ano em dezembro de 2010. Na média do ano de 2010, no entanto, a taxa Selic, de 9,74% ao ano, foi inferior à média de 2009, de 9,23%. A taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), referência aplicada em financiamentos obtidos junto ao BNDES, também apresentou queda, na média de 2009, foi de 6,12% ao ano; na média de 2010, foi reduzida para 6,0% ao ano.

Mercado Celular no Mundo

Ao longo de 2010, o mercado de telefonia móvel continuou a apresentar crescimento, principalmente nos países denominados emergentes. No ano, segundo estimativa da International Telecommunications Union, o mercado totalizou 5,3 bilhões de linhas, o que representa uma penetração de 76,1%. Nos países desenvolvidos, a penetração estimada em 2010 alcançou 116,1%; nos países em desenvolvimento, 67,6%. O número estimado de linhas com acesso aos serviços 3G continua em ascensão, chegando a 940 milhões de linhas em dezembro de 2010. Nessa data, operadoras de 143 países já comercializavam serviços 3G. O número de conexões à internet por meio de dispositivos móveis vem se popularizando rapidamente, impulsionado pela adoção de alguns eletrônicos de consumo, como *smartphones*, *netbooks* e *tablets*. A expectativa era encerrar 2010 com mais de 700 milhões de dispositivos móveis aptos a acessar internet no mundo. A tecnologia LTE (*Long Term Evolution*), também chamada de 4G, ainda está restrita a poucos países, como Suécia, Noruega e Estados Unidos, mas será fundamental para o crescimento da banda larga móvel. A consultoria Wireless Intelligence prevê que, ao final do primeiro semestre de 2011, cerca de 1 milhão de usuários tenham acesso à tecnologia segundo a qual os serviços de telefonia móvel poderão ser transmitidos em velocidades de até 100 Mbps, concentradas na região Ásia e Pacífico, 24% na Europa Ocidental e 18% nos Estados Unidos e Canadá. A perspectiva é que tal tecnologia seja adotada no Brasil apenas em 2013.

O Mercado Celular no Brasil

Em dezembro de 2010, o mercado de telefonia móvel no Brasil alcançou um total de 202,94 milhões de linhas, o que significa uma densidade de 104,7 celulares/100 habitantes. Esse total representa um crescimento de 16,7% em relação a dezembro de 2009 (173,96 milhões). Já a taxa de penetração aumentou 14,2 pontos percentuais em relação a dezembro de 2009 (90,5%).



Fonte: Anatel

Do total de linhas em dezembro de 2010, 82,34% eram pré-pagas. Na divisão por tecnologia, as linhas GSM continuaram sendo a maioria, perfazendo 87,8% do mercado total. Segundo dados da Teleco, o número de municípios atendidos pelo SMP aumentou em relação a 2009. Em dezembro de 2010, dos 5.564 municípios do Brasil, 97,2% dispunham de telefonia móvel, o que representa 99,6% de população atendida.

O mercado de telefonia exclusivos de dados (que inclui *mdoms* de acesso à internet e dispositivos de telemetria e rastreamento) apresentou crescimento de 31,5%, alcançando cerca de 6,6 milhões de linhas. O total de linhas na tecnologia W-CDMA também cresceu de forma significativa, chegando a 14,4 milhões (7,2% do total). De acordo com dados da Teleco, o aumento do total de linhas de acesso exclusivo a dados (dos quais uma parte são *mdoms*) é suportado pelo incremento da cobertura 3G (W-CDMA). O número de municípios cobertos em 3G aumentou de 711 para 1.287, atingindo um percentual de 72,6% de população coberta. A Vivo continua líder, com 1.206 municípios cobertos.

Em novembro de 2010, a Anatel aprovou o regulamento das MVNO's (Operadoras móveis virtuais). Para prestar o serviço a seus clientes, essas empresas firmam acordos comerciais com as operadoras móveis em operação. Diversas empresas que atuam junto ao consumidor final estudam a possibilidade de criar operadoras móveis virtuais, o que ampliará o leque de alternativas para o cliente.

O leilão da Banda H e das sobras de frequência do SMP, ocorrido em dezembro de 2010, possibilitará a entrada de um *novu player* no mercado - a Nextel. A empresa informou, logo após o leilão, que investirá R\$ 4,5 bilhões nos próximos cinco anos, o que certamente aumentará a competição do setor no médio prazo.

Em 2010, cerca de 5,5 milhões de usuários (fixos e móveis) solicitaram portabilidade numérica, sendo que 4,5 milhões efetivaram a migração. Do total de linhas que concluíram a portabilidade, 3,1 milhões são móveis e 1,4 milhão, fixas. Desde o início da portabilidade, em setembro de 2008, foram efetuados 9,9 milhões de pedidos de portabilidade, sendo 7,9 milhões concluídos.

Ambiente Regulatório

Os principais fatos que marcaram o ano de 2010 foram a continuação das ações de fiscalização da Anatel e a edição de Consultas Públicas e Resoluções da Agência, com alterações na Regulamentação focadas na ampliação da competição e dos direitos do consumidor, dentro dos objetivos traçados pelo Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR).

De acordo com a Comissão de Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, destacamos: a Resolução nº 37/2010, relativa à proposta de Regulamento sobre os Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acesso do Serviço Móvel Pessoal (SMP). No entendimento da Anatel, isso visa reduzir o valor ao consumidor das chamadas fixo-móvel, sejam locais ou interurbanas, e o valor dos demais tipos de chamadas que envolvam pagamento de VU-M (valor de remuneração pelo uso de redes móveis devido entre prestadoras). O período para envio de manifestações iniciou-se em outubro e terminou em novembro de 2010.

Dentro do objetivo de estabelecer limites, procedimentos e critérios para o exercício das atividades de fiscalização, a Anatel, em junho de 2010, publicou a Consulta Pública nº 21/2010, relativa à proposta de alteração do Regulamento de Fiscalização (Resolução nº 441/2006). O período para envio de manifestações terminou em setembro de 2010.

Em agosto de 2010, a Anatel publicou o objetivo de aprimorar os parâmetros e critérios para aplicação de sanções administrativas e levando em conta a necessidade de fortalecimento do papel regulador do Estado, mediante a criação de incentivos à regularização de infrações e reparação de danos aos usuários, bem como de desincentivos à litigância administrativa e judicial - a Agência publicou a Consulta Pública nº 22/2010, relativa à proposta de alteração do Regulamento de Sanções (Resolução nº 344/2003). O período para envio de manifestações terminou em setembro de 2010.

Com o objetivo de reestruturar o processo de avaliação da qualidade do serviço móvel, com a inclusão de novos processos de medição e de indicadores para verificação da qualidade da banda larga móvel e da qualidade percebida pelo usuário, além da modernização dos indicadores em vigor, a Anatel, em julho de 2010, publicou a Consulta Pública nº 27/2010, relativa à revisão do Plano Geral de Metas de Qualidade do SMP (PGM-Q-SMP). O período para envio de manifestações terminou em setembro de 2010.

Em dezembro de 2010, dentro do objetivo preconizado pela Anatel de adequar a exploração industrial de linha dedicada (EILD) ao atual panorama tecnológico e mercadológico nacional e de forma a promover a competição na oferta dos serviços de telecomunicações, a Agência publicou a Consulta Pública nº 50/2010, relativa à Proposta de Revisão do Regulamento de EILD. O período para envio de manifestações termina em março de 2011.

Dentre as Resoluções publicadas pela Anatel em 2010, destaca-se a de nº 550/2010, relativa ao Regulamento Sobre Exploração do Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual, de acordo com a Agência, o objetivo é possibilitar a oferta de serviços de telefonia móvel, com maior oferta, qualidade e variedade de serviços, além de permitir o ingresso no mercado de prestadores que não possuem licença para uso de frequências e, eventualmente, não tenham infraestrutura de rede de telecomunicações.

De forma a otimizar e adequar o uso das faixas de radiofrequências à evolução tecnológica, em fevereiro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 537/2010, relativa ao Regulamento da Faixa de 3,5 GHz, atribuindo-a adicionalmente ao Serviço Móvel, em caráter primário, além de manter a sua destinação, também em caráter primário, para prestação dos serviços SMC (Serviço de Comunicação Multimídia) e STFC.

Dentro dos objetivos traçados por PGR, com a finalidade de incentivar a oferta de novas aplicações que contribuam para a inclusão digital e promover a massificação do acesso à banda larga, em especial a banda larga móvel, a Anatel, em agosto de 2010, publicou a Resolução nº 541/2010, relativa ao Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 2,5 GHz. Incluiu nessa faixa os serviços SMP e STFC, além do SMC e TV por Assinatura via MDS (Serviço de Distribuição de Sinais Multisserviço Multicanais) para os quais ela estava destinada em caráter primário. Para manter a competição no setor de telecomunicações, a qualidade dos serviços prestados e obrigações de interesse público, em novembro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 548/2010, relativa ao Regulamento para Avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências.

Em novembro de 2010, a Agência publicou a Resolução nº 549/2010, alterando o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes do SMP e definindo que os Grupos que incluem Prestadores do SMP com participação inferior a 20% no total de linhas públicas terão acesso ao SMP, com maior oferta, qualidade e variedade de serviços, além de permitir o ingresso no mercado de prestadores que não possuem licença para uso de frequências e, eventualmente, não tenham infraestrutura de rede de telecomunicações.

De forma a otimizar e adequar o uso das faixas de radiofrequências à evolução tecnológica, em fevereiro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 537/2010, relativa ao Regulamento da Faixa de 3,5 GHz, atribuindo-a adicionalmente ao Serviço Móvel, em caráter primário, além de manter a sua destinação, também em caráter primário, para prestação dos serviços SMC (Serviço de Comunicação Multimídia) e STFC.

Dentro dos objetivos traçados por PGR, com a finalidade de incentivar a oferta de novas aplicações que contribuam para a inclusão digital e promover a massificação do acesso à banda larga, em especial a banda larga móvel, a Anatel, em agosto de 2010, publicou a Resolução nº 541/2010, relativa ao Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 2,5 GHz. Incluiu nessa faixa os serviços SMP e STFC, além do SMC e TV por Assinatura via MDS (Serviço de Distribuição de Sinais Multisserviço Multicanais) para os quais ela estava destinada em caráter primário. Para manter a competição no setor de telecomunicações, a qualidade dos serviços prestados e obrigações de interesse público, em novembro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 548/2010, relativa ao Regulamento para Avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências.

Em novembro de 2010, a Agência publicou a Resolução nº 549/2010, alterando o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes do SMP e definindo que os Grupos que incluem Prestadores do SMP com participação inferior a 20% no total de linhas públicas terão acesso ao SMP, com maior oferta, qualidade e variedade de serviços, além de permitir o ingresso no mercado de prestadores que não possuem licença para uso de frequências e, eventualmente, não tenham infraestrutura de rede de telecomunicações.

De forma a otimizar e adequar o uso das faixas de radiofrequências à evolução tecnológica, em fevereiro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 537/2010, relativa ao Regulamento da Faixa de 3,5 GHz, atribuindo-a adicionalmente ao Serviço Móvel, em caráter primário, além de manter a sua destinação, também em caráter primário, para prestação dos serviços SMC (Serviço de Comunicação Multimídia) e STFC.

Dentro dos objetivos traçados por PGR, com a finalidade de incentivar a oferta de novas aplicações que contribuam para a inclusão digital e promover a massificação do acesso à banda larga, em especial a banda larga móvel, a Anatel, em agosto de 2010, publicou a Resolução nº 541/2010, relativa ao Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 2,5 GHz. Incluiu nessa faixa os serviços SMP e STFC, além do SMC e TV por Assinatura via MDS (Serviço de Distribuição de Sinais Multisserviço Multicanais) para os quais ela estava destinada em caráter primário. Para manter a competição no setor de telecomunicações, a qualidade dos serviços prestados e obrigações de interesse público, em novembro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 548/2010, relativa ao Regulamento para Avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências.

Em novembro de 2010, a Agência publicou a Resolução nº 549/2010, alterando o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes do SMP e definindo que os Grupos que incluem Prestadores do SMP com participação inferior a 20% no total de linhas públicas terão acesso ao SMP, com maior oferta, qualidade e variedade de serviços, além de permitir o ingresso no mercado de prestadores que não possuem licença para uso de frequências e, eventualmente, não tenham infraestrutura de rede de telecomunicações.

De forma a otimizar e adequar o uso das faixas de radiofrequências à evolução tecnológica, em fevereiro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 537/2010, relativa ao Regulamento da Faixa de 3,5 GHz, atribuindo-a adicionalmente ao Serviço Móvel, em caráter primário, além de manter a sua destinação, também em caráter primário, para prestação dos serviços SMC (Serviço de Comunicação Multimídia) e STFC.

Dentro dos objetivos traçados por PGR, com a finalidade de incentivar a oferta de novas aplicações que contribuam para a inclusão digital e promover a massificação do acesso à banda larga, em especial a banda larga móvel, a Anatel, em agosto de 2010, publicou a Resolução nº 541/2010, relativa ao Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 2,5 GHz. Incluiu nessa faixa os serviços SMP e STFC, além do SMC e TV por Assinatura via MDS (Serviço de Distribuição de Sinais Multisserviço Multicanais) para os quais ela estava destinada em caráter primário. Para manter a competição no setor de telecomunicações, a qualidade dos serviços prestados e obrigações de interesse público, em novembro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 548/2010, relativa ao Regulamento para Avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências.

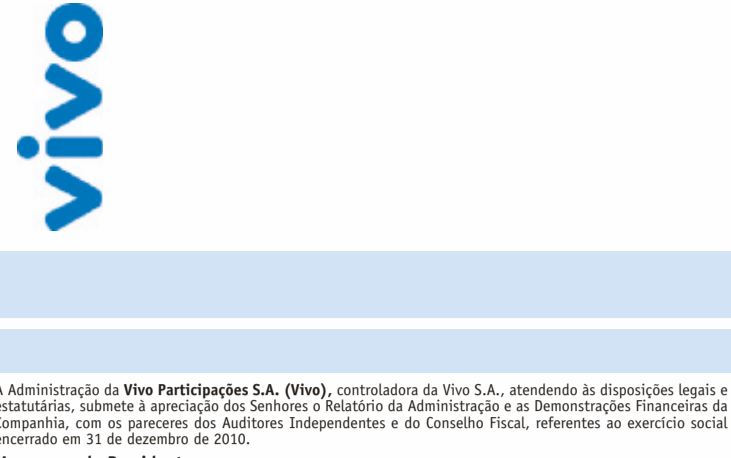
Em novembro de 2010, a Agência publicou a Resolução nº 549/2010, alterando o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes do SMP e definindo que os Grupos que incluem Prestadores do SMP com participação inferior a 20% no total de linhas públicas terão acesso ao SMP, com maior oferta, qualidade e variedade de serviços, além de permitir o ingresso no mercado de prestadores que não possuem licença para uso de frequências e, eventualmente, não tenham infraestrutura de rede de telecomunicações.

De forma a otimizar e adequar o uso das faixas de radiofrequências à evolução tecnológica, em fevereiro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 537/2010, relativa ao Regulamento da Faixa de 3,5 GHz, atribuindo-a adicionalmente ao Serviço Móvel, em caráter primário, além de manter a sua destinação, também em caráter primário, para prestação dos serviços SMC (Serviço de Comunicação Multimídia) e STFC.

Dentro dos objetivos traçados por PGR, com a finalidade de incentivar a oferta de novas aplicações que contribuam para a inclusão digital e promover a massificação do acesso à banda larga, em especial a banda larga móvel, a Anatel, em agosto de 2010, publicou a Resolução nº 541/2010, relativa ao Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 2,5 GHz. Incluiu nessa faixa os serviços SMP e STFC, além do SMC e TV por Assinatura via MDS (Serviço de Distribuição de Sinais Multisserviço Multicanais) para os quais ela estava destinada em caráter primário. Para manter a competição no setor de telecomunicações, a qualidade dos serviços prestados e obrigações de interesse público, em novembro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 548/2010, relativa ao Regulamento para Avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências.

Em novembro de 2010, a Agência publicou a Resolução nº 549/2010, alterando o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes do SMP e definindo que os Grupos que incluem Prestadores do SMP com participação inferior a 20% no total de linhas públicas terão acesso ao SMP, com maior oferta, qualidade e variedade de serviços, além de permitir o ingresso no mercado de prestadores que não possuem licença para uso de frequências e, eventualmente, não tenham infraestrutura de rede de telecomunicações.

De forma a otimizar e adequar o uso das faixas de radiofrequências à evolução tecnológica, em fevereiro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 537/2010, relativa ao Regulamento da Faixa de 3,5 GHz, atribuindo-a adicionalmente ao Serviço Móvel, em caráter primário, além de manter a sua destinação, também em caráter primário, para prestação dos serviços SMC (Serviço de Comunicação Multimídia) e STFC.



A Administração da **Vivo Participações S.A. (Vivo)**, controladora da Vivo S.A., atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Mensagem do Presidente

Maior operadora de telecomunicações móveis do Brasil e 8ª maior empresa privada do País pelo critério de vendas, a Vivo é uma jovem empresa com sete anos de existência, um currículo de conquistas digno de companhias veteranas e um futuro promissor, com o qual só podem sonhar as organizações que conseguem promover a convergência de interesse e virtude, ou seja, que fazem de seus negócios um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do País, semeando terreno fértil para o seu próprio crescimento.

Em 2010, o Brasil superou os 200 milhões de acessos móveis, 60 milhões do quais levam a marca Vivo, que manteve a posição de liderança, com 29,7% de *market share*. No pós-pago, a nossa participação é ainda mais expressiva - 35,2%. Buscamos de maneira determinada um posicionamento forte para esse tipo de cliente, que agrega mais receitas tanto de voz quanto de dados. Calibrando nossa estratégia comercial com permanente atenção aos movimentos do mercado, no primeiro semestre do ano direcionamos esforços para estimular a ativação da base. Na segunda metade de 2010, intensificamos o foco no pós-pago, trazindo um rumo diverso do mercado, que optou pela concorrência em preços. Esse é um jogo arriscado, pois a disputa em torno de preços esbarra nacionalmente em tempo recorde, a maior rede de telefonia móvel do País e que segue em expansão acelerada. Assim, escolhemos admitir não crescer em *market share*, aumentando, porém, as nossas receitas. As receitas de voz sainte cresceram 5,3% no ano. Mas o avanço mais vigoroso foi em receitas de dados e serviços de valor agregado (SVAs), 57,5% superiores às do ano anterior, com destaque para receitas de internet, que subiram 94,5%. No ano de 2010, os serviços de dados e SVAs já respondiam por mais de 19% da receita líquida de serviços, sendo que durante o quarto trimestre de 2010 este percentual foi de 20,7%. Ao lado dos serviços tradicionais, temos amplificado e inovado o cardápio de atrações para os clientes. A variedade gama vai do recém-lançado Vivo Som de gama alta, que permite ao usuário escutar uma ou mais músicas para seus contatos escutarem também na rede, até aplicativos de música, que permitem a criação de playlists de músicas e vídeos, e aplicativos e operadoras de cartão de crédito que transformam o celular em ferramenta de pagamento. A Loja de Serviços Vivo, com cerca de 500 mil lojas, *ringtoms*, músicas e outros conteúdos, gera cerca de 1 milhão de downloads por mês. Só o curso de inglês pelo celular, tinha aproximadamente 1 milhão de assinantes em dezembro.

Estratégia Consistente

Esses e vários outros indicadores positivos da performance Vivo nas mais diversas frentes não são frutos de acertos pontuais ou conjunturas favoráveis específicas. Eles derivam, sim, de uma estratégia consistente, que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos cinco anos, com usadia e determinação. Nesse período, atacamos uma a uma as nossas fragilidades, ficando, em seu lugar, sólidos alicerces. Eliminamos os problemas de fraude e clonagem. Unificamos as seis diferentes plataformas sistêmicas existentes nas operadoras que deram origem à Vivo. Promovemos a reorganização societária criando uma única operadora, no lugar das 14 existentes, e uma única holding, em vez das 5. Construímos uma rede GSM, tecnologia que se tornou predominante, sobreposta à rede CDMA. Adquirimos a Telemig Celular para entrar em Minas Gerais e as frequências de 1,9 MHz para chegar ao Nordeste, conquistando a tão sonhada cobertura nacional de softwares e aplicativos próprios. Essa ação se apoiava na criação de um novo canal de distribuição, gerando um volume de receitas que faz com que já tenhamos o retorno de praticamente todo o investimento realizado. Permaneço todas essas iniciativas, temos um mesmo eixo inspirador: a obstinada busca pela satisfação dos clientes, por meio da excelência em produtos, serviços e atendimento. Galgamos posições em todos esses indicadores até chegar ao topo. A Vivo é líder dos rankings da Anatel em qualidade de serviços e atendimento, com atingimento de 99,5% das metas de qualidade, e Índice de Desempenho no Atendimento (IDA) de 100,0 em dezembro.

Chegar a tais patamares de resultados e performance é gratificante. Mais que isso, é um estímulo para dar novos passos. Foi o que fizemos. Em 2010, concluímos o processo de internalização dos cerca de 5,2 mil profissionais sob o comando nacional de Construção em tempo recorde, no País e que segue em expansão acelerada. Não é o nosso jogo. Assim, escolhemos admitir não crescer em *market share*, aumentando, porém, as nossas receitas. As receitas de voz sainte cresceram 5,3% no ano. Mas o avanço mais vigoroso foi em receitas de dados e serviços de valor agregado (SVAs), 57,5% superiores às do ano anterior, com destaque para receitas de internet, que subiram 94,5%. No ano de 2010, os serviços de dados e SVAs já respondiam por mais de 19% da receita líquida de serviços, sendo que durante o quarto trimestre de 2010 este percentual foi de 20,7%. Ao lado dos serviços tradicionais, temos amplificado e inovado o cardápio de atrações para os clientes. A variedade gama vai do recém-lançado Vivo Som de gama alta, que permite ao usuário escutar uma ou mais músicas para seus contatos escutarem também na rede, até aplicativos de música, que permitem a criação de playlists de músicas e vídeos, e aplicativos e operadoras de cartão de crédito que transformam o celular em ferramenta de pagamento. A Loja de Serviços Vivo, com cerca de 500 mil lojas, *ringtoms*, músicas e outros conteúdos, gera cerca de 1 milhão de downloads por mês. Só o curso de inglês pelo celular, tinha aproximadamente 1 milhão de assinantes em dezembro.

Esses e vários outros indicadores positivos da performance Vivo nas mais diversas frentes não são frutos de acertos pontuais ou conjunturas favoráveis específicas. Eles derivam, sim, de uma estratégia consistente, que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos cinco anos, com usadia e determinação. Nesse período, atacamos uma a uma as nossas fragilidades, ficando, em seu lugar, sólidos alicerces. Eliminamos os problemas de fraude e clonagem. Unificamos as seis diferentes plataformas sistêmicas existentes nas operadoras que deram origem à Vivo. Promovemos a reorganização societária criando uma única operadora, no lugar das 14 existentes, e uma única holding, em vez das 5. Construímos uma rede GSM, tecnologia que se tornou predominante, sobreposta à rede CDMA. Adquirimos a Telemig Celular para entrar em Minas Gerais e as frequências de 1,9 MHz para chegar ao Nordeste, conquistando a tão sonhada cobertura nacional de softwares e aplicativos próprios. Essa ação se apoiava na criação de um novo canal de distribuição, gerando um volume de receitas que faz com que já tenhamos o retorno de praticamente todo o investimento realizado. Permaneço todas essas iniciativas, temos um mesmo eixo inspirador: a obstinada busca pela satisfação dos clientes, por meio da excelência em produtos, serviços e atendimento. Galgamos posições em todos esses indicadores até chegar ao topo. A Vivo é líder dos rankings da Anatel em qualidade de serviços e atendimento, com atingimento de 99,5% das metas de qualidade, e Índice de Desempenho no Atendimento (IDA) de 100,0 em dezembro.

Chegar a tais patamares de resultados e performance é gratificante. Mais que isso, é um estímulo para dar novos passos. Foi o que fizemos. Em 2010, concluímos o processo de internalização dos cerca de 5,2 mil profissionais sob o comando nacional de Construção em tempo recorde, no País e que segue em expansão acelerada. Não é o nosso jogo. Assim, escolhemos admitir não crescer em *market share*, aumentando, porém, as nossas receitas. As receitas de voz sainte cresceram 5,3% no ano. Mas o avanço mais vigoroso foi em receitas de dados e serviços de valor agregado (SVAs), 57,5% superiores às do ano anterior, com destaque para receitas de internet, que subiram 94,5%. No ano de 2010, os serviços de dados e SVAs já respondiam por mais de 19% da receita líquida de serviços, sendo que durante o quarto trimestre de 2010 este percentual foi de 20,7%. Ao lado dos serviços tradicionais, temos amplificado e inovado o cardápio de atrações para os clientes. A variedade gama vai do recém-lançado Vivo Som de gama alta, que permite ao usuário escutar uma ou mais músicas para seus contatos escutarem também na rede, até aplicativos de música, que permitem a criação de playlists de músicas e vídeos, e aplicativos e operadoras de cartão de crédito que transformam o celular em ferramenta de pagamento. A Loja de Serviços Vivo, com cerca de 500 mil lojas, *ringtoms*, músicas e outros conteúdos, gera cerca de 1 milhão de downloads por mês. Só o curso de inglês pelo celular, tinha aproximadamente 1 milhão de assinantes em dezembro.

Esses e vários outros indicadores positivos da performance Vivo nas mais diversas frentes não são frutos de acertos pontuais ou conjunturas favoráveis específicas. Eles derivam, sim, de uma estratégia consistente, que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos cinco anos, com usadia e determinação. Nesse período, atacamos uma a uma as nossas fragilidades, ficando, em seu lugar, sólidos alicerces. Eliminamos os problemas de fraude e clonagem. Unificamos as seis diferentes plataformas sistêmicas existentes nas operadoras que deram origem à Vivo. Promovemos a reorganização societária criando uma única operadora, no lugar das 14 existentes, e uma única holding, em vez das 5. Construímos uma rede GSM, tecnologia que se tornou predominante, sobreposta à rede CDMA. Adquirimos a Telemig Celular para entrar em Minas Gerais e as frequências de 1,9 MHz para chegar ao Nordeste, conquistando a tão sonhada cobertura nacional de softwares e aplicativos próprios. Essa ação se apoiava na criação de um novo canal de distribuição, gerando um volume de receitas que faz com que já tenhamos o retorno de praticamente todo o investimento realizado. Permaneço todas essas iniciativas, temos um mesmo eixo inspirador: a obstinada busca pela satisfação dos clientes, por meio da excelência em produtos, serviços e atendimento. Galgamos posições em todos esses indicadores até chegar ao topo. A Vivo é líder dos rankings da Anatel em qualidade de serviços e atendimento, com atingimento de 99,5% das metas de qualidade, e Índice de Desempenho no Atendimento (IDA) de 100,0 em dezembro.

Chegar a tais patamares de resultados e performance é gratificante. Mais que isso, é um estímulo para dar novos passos. Foi o que fizemos. Em 2010, concluímos o processo de internalização dos cerca de 5,2 mil profissionais sob o comando nacional de Construção em tempo recorde, no País e que segue em expansão acelerada. Não é o nosso jogo. Assim, escolhemos admitir não crescer em *market share*, aumentando, porém, as nossas receitas. As receitas de voz sainte cresceram 5,3% no ano. Mas o avanço mais vigoroso foi em receitas de dados e serviços de valor agregado (SVAs), 57,5% superiores às do ano anterior, com destaque para receitas de internet, que subiram 94,5%. No ano de 2010, os serviços de dados e SVAs já respondiam por mais de 19% da receita líquida de serviços, sendo que durante o quarto trimestre de 2010 este percentual foi de 20,7%. Ao lado dos serviços tradicionais, temos amplificado e inovado o cardápio de atrações para os clientes. A variedade gama vai do recém-lançado Vivo Som de gama alta, que permite ao usuário escutar uma ou mais músicas para seus contatos escutarem também na rede, até aplicativos de música, que permitem a criação de playlists de músicas e vídeos, e aplicativos e operadoras de cartão de crédito que transformam o celular em ferramenta de pagamento. A Loja de Serviços Vivo, com cerca de 500 mil lojas, *ringtoms*, músicas e outros conteúdos, gera cerca de 1 milhão de downloads por mês. Só o curso de inglês pelo celular, tinha aproximadamente 1 milhão de assinantes em dezembro.

Esses e vários outros indicadores positivos da performance Vivo nas mais diversas frentes não são frutos de acertos pontuais ou conjunturas favoráveis específicas. Eles derivam, sim, de uma estratégia consistente, que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos cinco anos, com usadia e determinação. Nesse período, atacamos uma a uma as nossas fragilidades, ficando, em seu lugar, sólidos alicerces. Eliminamos os problemas de fraude e clonagem. Unificamos as seis diferentes plataformas sistêmicas existentes nas operadoras que deram origem à Vivo. Promovemos a reorganização societária criando uma única operadora, no lugar das 14 existentes, e uma única holding, em vez das 5. Construímos uma rede GSM, tecnologia que se tornou predominante, sobreposta à rede CDMA. Adquirimos a Telemig Celular para entrar em Minas Gerais e as frequências de 1,9 MHz para chegar ao Nordeste, conquistando a tão sonhada cobertura nacional de softwares e aplicativos próprios. Essa ação se apoiava na criação de um novo canal de distribuição, gerando um volume de receitas que faz com que já tenhamos o retorno de praticamente todo o investimento realizado. Permaneço todas essas iniciativas, temos um mesmo eixo inspirador: a obstinada busca pela satisfação dos clientes, por meio da excelência em produtos, serviços e atendimento. Galgamos posições em todos esses indicadores até chegar ao topo. A Vivo é líder dos rankings da Anatel em qualidade de serviços e atendimento, com atingimento de 99,5% das metas de qualidade, e Índice de Desempenho no Atendimento (IDA) de 100,0 em dezembro.

Chegar a tais patamares de resultados e performance é gratificante. Mais que isso, é um estímulo para dar novos passos. Foi o que fizemos. Em 2010, concluímos o processo de internalização dos cerca de 5,2 mil profissionais sob o comando nacional de Construção em tempo recorde, no País e que segue em expansão acelerada. Não é o nosso jogo. Assim, escolhemos admitir não crescer em *market share*, aumentando, porém, as nossas receitas. As receitas de voz sainte cresceram 5,3% no ano. Mas o avanço mais vigoroso foi em receitas de dados e serviços de valor agregado (SVAs), 57,5% superiores às do ano anterior, com destaque para receitas de internet, que subiram 94,5%. No ano de 2010, os serviços de dados e SVAs já respondiam por mais de 19% da receita líquida de serviços, sendo que durante o quarto trimestre de 2010 este percentual foi de 20,7%. Ao lado dos serviços tradicionais, temos amplificado e inovado o cardápio de atrações para os clientes. A variedade gama vai do recém-lançado Vivo Som de gama alta, que permite ao usuário escutar uma ou mais músicas para seus contatos escutarem também na rede, até aplicativos de música, que permitem a criação de playlists de músicas e vídeos, e aplicativos e operadoras de cartão de crédito que transformam o celular em ferramenta de pagamento. A Loja de Serviços Vivo, com cerca de 500 mil lojas, *ringtoms*, músicas e outros conteúdos, gera cerca de 1 milhão de downloads por mês. Só o curso de inglês pelo celular, tinha aproximadamente 1 milhão de assinantes em dezembro.

Esses e vários outros indicadores positivos da performance Vivo nas mais diversas frentes não são frutos de acertos pontuais ou conjunturas favoráveis específicas. Eles derivam, sim, de uma estratégia consistente, que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos cinco anos, com usadia e determinação. Nesse período, atacamos uma a uma as nossas fragilidades, ficando, em seu lugar, sólidos alicerces. Eliminamos os problemas de fraude e clonagem. Unificamos as seis diferentes plataformas sistêmicas existentes nas operadoras que deram origem à Vivo. Promovemos a reorganização societária criando uma única operadora, no lugar das 14 existentes, e uma única holding, em vez das 5. Construímos uma rede GSM, tecnologia que se tornou predominante, sobreposta à rede CDMA. Adquirimos a Telemig Celular para entrar em Minas Gerais e as frequências de 1,9 MHz para chegar ao Nordeste, conquistando a tão sonhada cobertura nacional de softwares e aplicativos próprios. Essa ação se apoiava na criação de um novo canal de distribuição, gerando um volume de receitas que faz com que já tenhamos o retorno de praticamente todo o investimento realizado. Permaneço todas essas iniciativas, temos um mesmo eixo inspirador: a obstinada busca pela satisfação dos clientes, por meio da excelência em produtos, serviços e atendimento. Galgamos posições em todos esses indicadores até chegar ao topo. A Vivo é líder dos rankings da Anatel em qualidade de serviços e atendimento, com atingimento de 99,5% das metas de qualidade, e Índice de Desempenho no Atendimento (IDA) de 100,0 em dezembro.

Chegar a tais patamares de resultados e performance é gratificante. Mais que isso, é um estímulo para dar novos passos. Foi o que fizemos. Em 2010, concluímos o processo de internalização dos cerca de 5,2 mil profissionais sob o comando nacional de Construção em tempo recorde, no País e que segue em expansão acelerada. Não é o nosso jogo. Assim, escolhemos admitir não crescer em *market share*, aumentando, porém, as nossas receitas. As receitas de voz sainte cresceram 5,3% no ano. Mas o avanço mais vigoroso foi em receitas de dados e serviços de valor agregado (SVAs), 57,5% superiores às do ano anterior, com destaque para receitas de internet, que subiram 94,5%. No ano de 2010, os serviços de dados e SVAs já respondiam por mais de 19% da receita líquida de serviços, sendo que durante o quarto trimestre de 2010 este percentual foi de 20,7%. Ao lado dos serviços tradicionais, temos amplificado e inovado o cardápio de atrações para os clientes. A variedade gama vai do recém-lançado Vivo Som de gama alta, que permite ao usuário escutar uma ou mais músicas para seus contatos escutarem também na rede, até aplicativos de música, que permitem a criação de playlists de músicas e vídeos, e aplicativos e operadoras de cartão de crédito que transformam o celular em ferramenta de pagamento. A Loja de Serviços Vivo, com cerca de 500 mil lojas, *ringtoms*, músicas e outros conteúdos, gera cerca de 1 milhão de downloads por mês. Só o curso de inglês pelo celular, tinha aproximadamente 1 milhão de assinantes em dezembro.

Esses e vários outros indicadores positivos da performance Vivo nas mais diversas frentes não são frutos de acertos pontuais ou conjunturas favoráveis específicas. Eles derivam, sim, de uma estratégia consistente, que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos cinco anos, com usadia e determinação. Nesse período, atacamos uma a uma as nossas fragilidades, ficando, em seu lugar, sólidos alicerces. Eliminamos os problemas de fraude e clonagem. Unificamos as seis diferentes plataformas sistêmicas existentes nas operadoras que deram origem à Vivo. Promovemos a reorganização societária criando uma única operadora, no lugar das 14 existentes, e uma única holding, em vez das 5. Construímos uma rede GSM, tecnologia que se tornou predominante, sobreposta à rede CDMA. Adquirimos a Telemig Celular para entrar em Minas Gerais e as frequências de 1,9 MHz para chegar ao Nordeste, conquistando a tão sonhada cobertura nacional de softwares e aplicativos próprios. Essa ação se apoiava na criação de um novo canal de distribuição, gerando um volume de receitas que faz com que já tenhamos o retorno de praticamente todo o investimento realizado. Permaneço todas essas iniciativas, temos um mesmo eixo inspirador: a obstinada busca pela satisfação dos clientes, por meio da excelência em produtos, serviços e atendimento. Galgamos posições em todos esses indicadores até chegar ao topo. A Vivo é líder dos rankings da Anatel em qualidade de serviços e atendimento, com atingimento de 99,5% das metas de qualidade, e Índice de Desempenho no Atendimento (IDA) de 100,0 em dezembro.

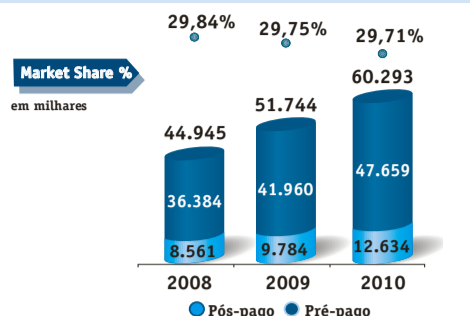
Chegar a tais patamares de resultados e performance é gratificante. Mais que isso, é um estímulo para dar novos passos. Foi o que fizemos. Em 2010, concluímos o processo de internalização dos cerca de 5,2 mil profissionais sob o comando nacional de Construção em tempo recorde, no País e que segue em expansão acelerada. Não é o nosso jogo. Assim, escolhemos admitir não crescer em <

Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

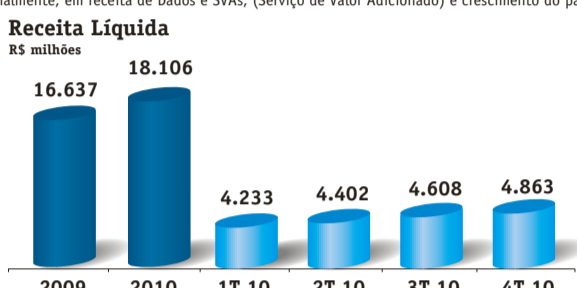


O ARPU (receita média por usuário) de R\$ 25,2 registrado em 2010 apresentou redução de 7,4% em relação a 2009. Isso ocorreu em função do aumento no número de acessos, o que aritmeticamente impacta esse indicador; da utilização de mais bônus relativos às campanhas de incentivo ao uso; e do crescimento de múltiplos SIM Cards no mercado. O MOU total (média mensal de minutos de uso por cliente) no ano de 2010 foi de 116 minutos. O crescimento de 26,1% em relação ao ano anterior está relacionado à intensificação de uso do celular, estimulado, desde o quarto trimestre de 2009, com campanhas como a "Recarregue e Ganhe" e com os planos "Vivo Você", que visam aumentar o hábito de utilização. O SAC (custo de aquisição por cliente) de R\$ 64 em 2010 foi 19,0% menor que os R\$ 79 registrados em 2009. A variação decorre da redução dos subsídios, mesmo com uma atividade comercial mais intensa. O crescimento das altas somente em SIM Cards com tecnologia GSM contribuiu para essa diminuição.

4 - DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Em R\$ milhões	2010	2009	Var. (%)
Receita Operacional Líquida	18.105,9	16.637,1	8,8%
Custos e Despesas Operacionais	15.055,5	14.641,5	2,8%
EBITDA	5.831,8	5.224,4	11,6%
Resultado do Exercício	1.893,8	878,1	115,7%
Dívida Líquida	1.743,5	3.825,2	-54,4%

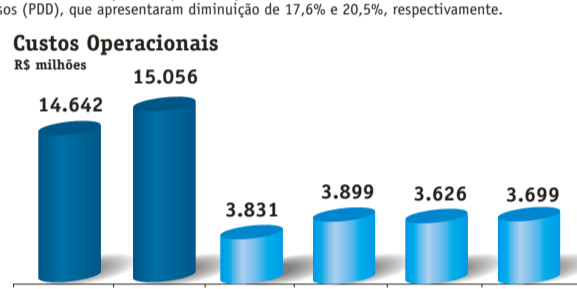
A receita operacional líquida da Vivo atingiu R\$ 18.105,9 milhões em 2010, uma evolução de 8,8% em relação aos R\$ 16.637,1 milhões registrados em 2009. Esse desempenho está relacionado diretamente ao aumento na receita de serviços, especialmente, em receita de Dados e SVAs, (Serviço de Valor Adicionado) e crescimento do parque.



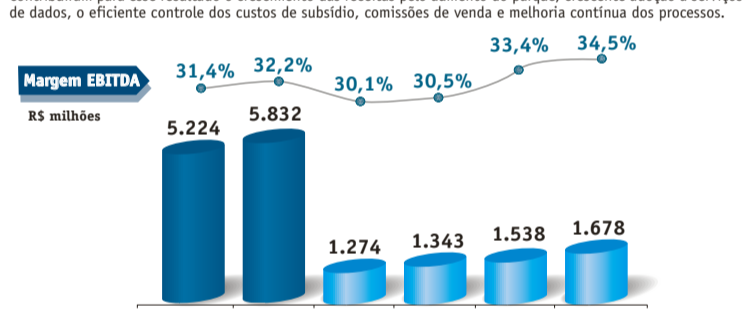
A receita operacional líquida de serviços foi de R\$ 16.933,8 milhões em 2010, representando um progresso de 9,9% na comparação com os R\$ 15.415,2 milhões de 2009. O crescimento reflete o aumento em todos as rubricas, decorrente da evolução de 16,5% do parque no ano de 2010, aliado à oferta de novos produtos e serviços de dados e SVAs, que impulsionaram, especialmente em receitas de internet móvel. A receita operacional líquida das vendas de mercadorias foi de R\$ 1.172,1 milhões, uma redução de 4,1% na comparação com os R\$ 1.221,9 milhões em 2009. Essa variação está relacionada à atividade comercial no exercício, com a aquisição de clientes somente em SIM Cards.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais, incluindo depreciação e amortizações, aumentaram 2,8%, atingindo R\$ 15.055,5 milhões em 2010. Isso se deve principalmente ao acréscimo nas despesas com serviços prestados, decorrente do aumento dos gastos com interconexão, compensada pela redução no custo de mercadorias vendidas e na Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), que apresentaram diminuição de 17,6% e 20,5%, respectivamente.



EBITDA (resultado antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) foi de R\$ 5.831,8 milhões, 11,6% superior ao de 2009. A margem EBITDA de 32,2%, foi 0,8 ponto percentual superior à obtida em 2009. Contribuiram para esse resultado o crescimento das receitas pelo aumento do parque, crescente adção em serviços de dados, o eficiente controle dos custos de subsídio, comissões de venda e melhoria contínua dos processos.

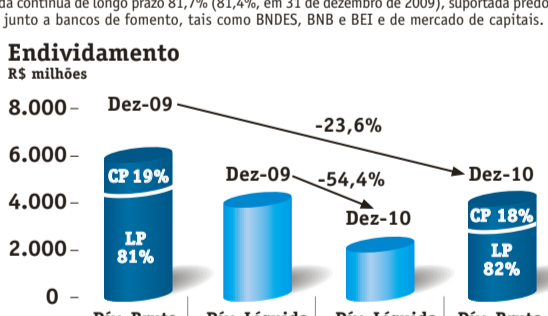


Resultado do Exercício

A consolidação dos resultados no exercício, apurado conforme os critérios da legislação societária, apresenta um Lucro Líquido de R\$ 1.893,8 milhões em 2010, aumento de 115,7% em relação a 2009, refletindo a melhor performance operacional, além das menores despesas com depreciação e melhor resultado financeiro.

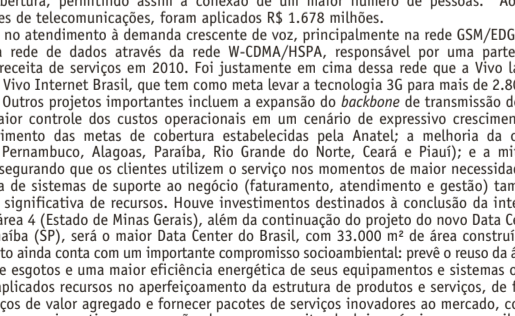
Emprestimos e Financiamentos

A Companhia encerrou o exercício de 2010 com dívida bruta de R\$ 3.913,9 milhões (R\$ 5.124,5 milhões no final de 2009), sendo 16,7% denominada em moeda estrangeira, totalmente coberta por operações de proteção cambial (hedge). As contabilizações dos instrumentos financeiros, ativos e passivos financeiros estão de acordo com a Lei 11.638/07, deliberações da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil). Em 31 de dezembro de 2010, o endividamento registrado foi compensado pelos recursos disponíveis em caixa e aplicações financeiras (R\$ 2.196,6 milhões) e acrescido pelos saldos ativos e passivos de derivativos (R\$ 26,2 milhões a pagar), resultando numa dívida líquida de R\$ 1.743,5 milhões (R\$ 3.825,2 milhões, em 31 de dezembro de 2009). O endividamento líquido de 31 de dezembro de 2010 apresenta uma queda de R\$ 2.081,7 milhões na comparação com 2009. Essa redução decorre principalmente do grande volume de pagamento de CAPEX durante o ano e do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio suportados por uma boa geração de caixa operacional. Outros pontos são o menor custo da dívida devido à menor taxa de juros efetiva (9,75% em 2010 e 9,88% em 2009) e o menor saldo médio (R\$ 3.913,9 em 2010 e R\$ 5.124,5 em 2009). O perfil da dívida continua de longo prazo 81,7% (81,4%, em 31 de dezembro de 2009), suportada predominantemente por operações junto a bancos de fomento, tais como BNDES, BNB e BEI e de mercado de capitais.

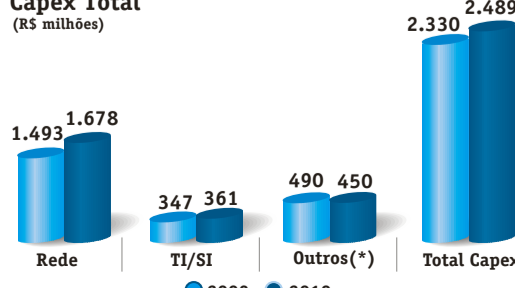


5 - INVESTIMENTOS - CAPEX

Apesar de 2010, seguindo estratégias consistentes de crescimento sustentável, a Vivo investiu R\$ 2.489 milhões em projetos que foram críticos para entrega do resultado de curto prazo, mas que também concretizam nossa visão de médio prazo. Como em anos anteriores, uma parte significativa dos recursos foi alocada a investimentos nas redes de telecomunicações, para aumento da capacidade das redes de voz e dados, melhoria da qualidade do sinal e expansão de cobertura, permitindo assim a conexão de um maior número de pessoas. Ao longo de 2010, somente em redes de telecomunicações, foram aplicados R\$ 1,678 milhões. Além de investir no atendimento à demanda crescente de voz, principalmente na rede GSM/EDGE, a Vivo também investiu em sua rede de dados através da rede W-CDMA/HSPA, responsável por uma parte considerável do crescimento da receita de serviços em 2010. Foi justamente em cima dessa rede que a Vivo lançou em 2010 o ambicioso plano Vivo Internet Brasil, que tem como meta levar a tecnologia 3G para mais de 2.800 municípios até o final de 2011. Outros projetos importantes incluem a expansão do backbone de transmissão de dados nacional, permitindo o maior controle dos custos operacionais em um cenário de expressivo crescimento do tráfego de dados; o cumprimento das metas de cobertura estabelecidas pela Anatel; a melhoria da operação na área 10 (Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí); e a mitigação de riscos operacionais, assegurando que os clientes utilizem o serviço nos momentos de maior necessidade. Na infraestrutura de sistemas de suporte ao negócio (faturamento, atendimento e gestão) também foi aplicada uma quantidade significativa de recursos. Houve investimentos destinados à conclusão da integração sistêmica na operação da área 4 (Estado de Minas Gerais), além da continuação do projeto do novo Data Center. Situado em Santana do Parnaíba (SP), será o maior Data Center do Brasil, com 33.000 m² de área construída e 4.600 m² de data hall. O projeto ainda conta com um importante compromisso socioambiental: prevê o uso de água, uma estação de tratamento de esgotos e uma maior eficiência energética de seus equipamentos e sistemas operacionais. Também foram aplicados recursos no aperfeiçoamento da estrutura de produtos e serviços, de forma a alavancar a venda de serviços de valor agregado e fornecer pacotes de serviços inovadores ao mercado, como o Vivo On. Além disso, a empresa investiu na expansão do novo conceito de loja própria, que possibilita uma melhor experiência em atendimento e faz com que os índices de satisfação dos clientes cresçam cada vez mais. O Conselho de Administração da Vivo Participações aprovou para o exercício de 2011 o total de R\$ 3.482 milhões, incluindo os valores das licenças de radiofrequência licitadas em dezembro de 2010 pela Anatel, nos lotes em que a Vivo S.A. foi vencedora.



Apesar de 2010, seguindo estratégias consistentes de crescimento sustentável, a Vivo investiu R\$ 2.489 milhões em projetos que foram críticos para entrega do resultado de curto prazo, mas que também concretizam nossa visão de médio prazo. Como em anos anteriores, uma parte significativa dos recursos foi alocada a investimentos nas redes de telecomunicações, para aumento da capacidade das redes de voz e dados, melhoria da qualidade do sinal e expansão de cobertura, permitindo assim a conexão de um maior número de pessoas. Ao longo de 2010, somente em redes de telecomunicações, foram aplicados R\$ 1,678 milhões. Além de investir no atendimento à demanda crescente de voz, principalmente na rede GSM/EDGE, a Vivo também investiu em sua rede de dados através da rede W-CDMA/HSPA, responsável por uma parte considerável do crescimento da receita de serviços em 2010. Foi justamente em cima dessa rede que a Vivo lançou em 2010 o ambicioso plano Vivo Internet Brasil, que tem como meta levar a tecnologia 3G para mais de 2.800 municípios até o final de 2011. Outros projetos importantes incluem a expansão do backbone de transmissão de dados nacional, permitindo o maior controle dos custos operacionais em um cenário de expressivo crescimento do tráfego de dados; o cumprimento das metas de cobertura estabelecidas pela Anatel; a melhoria da operação na área 10 (Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí); e a mitigação de riscos operacionais, assegurando que os clientes utilizem o serviço nos momentos de maior necessidade. Na infraestrutura de sistemas de suporte ao negócio (faturamento, atendimento e gestão) também foi aplicada uma quantidade significativa de recursos. Houve investimentos destinados à conclusão da integração sistêmica na operação da área 4 (Estado de Minas Gerais), além da continuação do projeto do novo Data Center. Situado em Santana do Parnaíba (SP), será o maior Data Center do Brasil, com 33.000 m² de área construída e 4.600 m² de data hall. O projeto ainda conta com um importante compromisso socioambiental: prevê o uso de água, uma estação de tratamento de esgotos e uma maior eficiência energética de seus equipamentos e sistemas operacionais. Também foram aplicados recursos no aperfeiçoamento da estrutura de produtos e serviços, de forma a alavancar a venda de serviços de valor agregado e fornecer pacotes de serviços inovadores ao mercado, como o Vivo On. Além disso, a empresa investiu na expansão do novo conceito de loja própria, que possibilita uma melhor experiência em atendimento e faz com que os índices de satisfação dos clientes cresçam cada vez mais. O Conselho de Administração da Vivo Participações aprovou para o exercício de 2011 o total de R\$ 3.482 milhões, incluindo os valores das licenças de radiofrequência licitadas em dezembro de 2010 pela Anatel, nos lotes em que a Vivo S.A. foi vencedora.

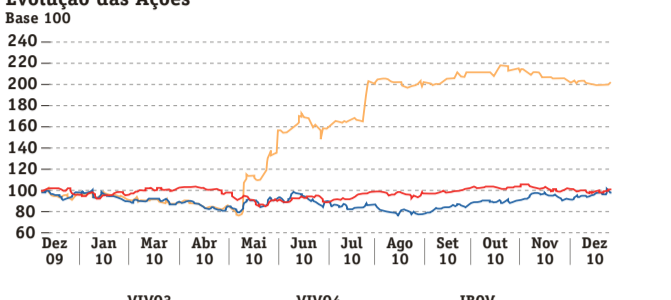


(*) Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros

6 - MERCADO DE CAPITAIS

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2010 cotado a 69.304 pontos. Durante o ano, o Ibovespa acumulou um pequeno ganho de 1,0%, enquanto o Dow Jones Industrial Average (DJA) apresentou ganho de 9,8%. No ano, o volume médio diário negociado na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) foi de R\$ 5,3 bilhões, aumento de 18,9% em relação a 2009. Os valores de mercado das ações ordinárias nominativas - ON (VIV03) e das ações preferenciais nominativas - PN (VIV04) atingiram R\$ 109,00 e R\$ 53,30 no pregão de 30 de dezembro de 2010, apresentando valorização de 101,9% para as ações ON e desvalorização de 2,2% para as ações PN durante o ano de 2010.

Evolução das Ações



Na NYSE, os ADRs encerraram o ano negociados a US\$ 32,59, alta de 5,1%, com o volume total de 96.201.833 ADRs outstanding. Durante 2010, foi negociado um montante médio diário de US\$ 32,38 milhões.

Evolução ADR - VIV



Por ação	2010	2009
Valor Patrimonial (R\$)	25,31	23,32
Cotação dos ADR em US\$	32,59	31,00
Cotação das Preferenciais (R\$)	53,30	54,48
Cotação das Ordinárias (R\$)	109,00	54,00

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$ 8.780.150.322,86, representado por 137.269.188 ações ordinárias e 263.444.639 ações preferenciais.

Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Administração da Companhia propôs o pagamento de um dividendo total líquido de R\$ 2.290.846.090,02, em igualdade de condições com as ações ordinárias e preferenciais, no montante total líquido de R\$ 2.290.846.090,02. Tais dividendos, declarados com base no balanço de encerramento do exercício de 2010 aos possuidores de ações ordinárias e preferenciais, é composto por juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 220.000.000,00, imputados aos dividendos na forma do artigo 9º da Lei 9.249/95, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$ 187.000.000,00, a ser pagos em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2010, e dividendos no valor de R\$ 2.103.846.090,02. A proposta será levada à aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2011. O pagamento dos valores relativos aos JSCP e Dividendos deliberados e pendentes de pagamento será efetuado até o dia 21 de dezembro de 2011, em uma ou mais parcelas a ser oportunamente informado ao mercado.

Incorporação da Telemig Celular

Na continuidade do processo de reestruturação societária da Telemig Celular S.A., em assembleia realizada no dia 01 de junho de 2010, foi aprovada a incorporação da Telemig Celular S.A. e a sua consequente extinção. Tal incorporação ocorreu em linha com a estratégia da Companhia de simplificar sua estrutura societária, com redução dos custos administrativos, facilitando a unificação, padronização e racionalização das informações. Mais informações sobre a transação estão disponíveis no site da Vivo - Relações com Investidores (www.vivo.com.br/ri).

Aquisição da Participação da Portugal Telecom na Brasilcel pela Telefônica

Em 28 de julho de 2010, a Telefônica comunicou que adquiriu 50% das ações de emissão da Brasilcel N.V (sociedade holandesa proprietária das ações representativas de, aproximadamente, 60% do capital social da Vivo Participações S.A.) detidas pela Portugal Telecom SG SGPS, S.A., efetuando um primeiro desembolso de €4,5 bilhões em 27 de setembro de 2010 e um segundo desembolso de €1,0 bilhão em 30 de dezembro de 2010. O saldo remanescente de €2 bilhões será pago em 31 de outubro de 2011, porém, a Portugal Telecom SG SGPS, S.A. poderá solicitar que este último pagamento seja antecipado para 29 de julho de 2011. Nesse caso, o preço dessa última parcela será reduzido em aproximadamente €25 milhões. Consequentemente, a Telefônica passou a deter o controle da Vivo Participações S.A. em 27 de setembro de 2010. Coincidindo com o fechamento da operação, resolveram-se os contratos firmados no ano de 2002 entre Telefônica e Portugal Telecom SG SGPS, S.A. com relação à sua joint venture na Brasilcel (Subscription Agreement e Shareholders Agreement). A SP Telecomunicações Participações Ltda. divulgou ao mercado o lançamento de uma Oferta pública de aquisição (OPA) pelas ações com direito a voto da Vivo Participações S.A. (ONs), pelo preço equivalente a 80% do valor pago pela Telefônica à Portugal Telecom SG SGPS, S.A. por cada ação ordinária com direito a voto da Vivo Participações S.A. (ON) de emissão da Brasilcel, N.V. em 27 de dezembro de 2010. Em 11 de fevereiro de 2011 a CVM concedeu o registro à OPA, sob nº CVM/SEF/OPA/ALI/2011/002. O Edital completo da OPA foi publicado no dia 16 de fevereiro de 2011 no Valor Econômico, com todas as informações necessárias sobre a referida oferta pública de ações, bem como se encontra à disposição no site www.vivo.com.br/ri.

Reestruturação Societária Vivo X Telemig

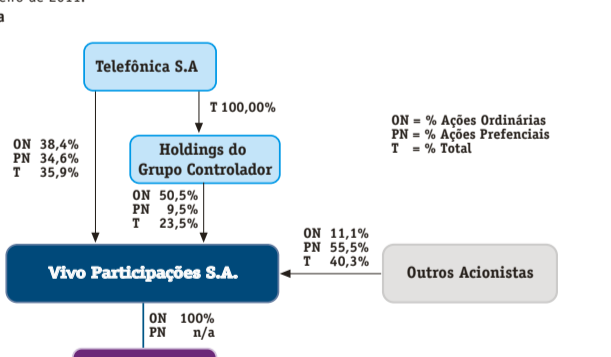
As administrações da Vivo Participações S.A. (Vivo) e da Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp ("Telesp") (conjuntamente referidas como "Companhias") comunicaram em 27 de dezembro de 2010, na forma e para os fins das Instruções CVM nºs 319/99 e 358/02, que foi aprovada na referida data, pelos seus respectivos conselhos de administração, uma proposta de reestruturação societária concernente à incorporação de ações da Vivo pela Telesp, visando a unificação da base acionária das companhias ("Reestruturação Societária"). Além da unificação da base acionária acima mencionada, a Reestruturação Societária visa simplificar a estrutura organizacional atual das companhias, ambas abertas e listadas na BM&FBOVESPA e com American Depositary Receipts ("ADRs") negociados nos Estados Unidos da América, propiciando aos seus respectivos acionistas a participação em uma única sociedade com ações negociadas nas bolsas brasileiras e internacionais, com maior liquidez. Além disso, a Reestruturação Societária racionalizará a estrutura de custos das companhias e auxiliará na integração dos negócios e na geração de sinergias daí decorrentes, impactando positivamente as companhias. As administrações das companhias seguirão as recomendações contidas no Parecer de Orientação CVM nº 35/08, visando contribuir para a defesa dos seus respectivos interesses e zelar para que a operação observe condições comutativas. Dessa forma, foram constituídos na Vivo e na Telesp comitês especiais independentes ("Comitês Especiais") para negociarem a relação de substituição de ações e manifestarem-se a respeito das demais condições da Reestruturação Societária que vierem a ser propostas, para posteriormente submeterem as suas recomendações aos conselhos de administração das companhias. Além de fato relevante complementar contendo maiores detalhes a respeito dos termos e condições da Reestruturação Societária que forem acordados conforme acima, serão publicados oportunamente os respectivos editais de convocação das Assembleias Gerais Extraordinárias das companhias nas quais será deliberada a Reestruturação Societária apresentada. A presente Reestruturação Societária será submetida à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A realização das assembleias para deliberação da Reestruturação Societária está sujeita aos trâmites necessários junto à Securities Exchange Commission (SEC), na forma exigida pela regulamentação daquela comissão norte-americana, haja vista a negociação de ADRs das Companhias na New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de New York).

Composição acionária em 31 de dezembro de 2010:

ACIONISTAS	Posições de Capital Social	Ordinárias	Preferenciais	Total		
Telefônica S.A. ⁽¹⁾	52.731.031	38,4%	91.087.513	34,6%	143.818.544	35,9%
Portelcom Participações S.A.	52.116.302	38,0%	24.669.191	9,4%	76.785.493	19,2%
TBS Celular Participações Ltda.	17.204.638	12,5%	291.449	0,1%	17.496.087	4,4%
Sub-total Controlador	122.051.971	88,9%	116.048.153	44,1%	238.100.124	59,4%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	1.123.725	0,4%	1.123.725	0,3%
Outros acionistas	15.217.217	11,1%	146.272.761	55,5%	161.489.978	40,3%
Total	137.269.188	100,0%	263.444.639	100,0%	400.713.827	100,0%

(1) Em 21 de dezembro de 2010 operou-se a incorporação da Brasilcel N.V. pela Telefônica S.A., sendo os documentos que atestam a referida operação societária reconhecidos para registro pela Vivo Participações no Brasil em 26 de janeiro de 2011.

Estrutura Acionária



7 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

Relações com Investidores

A Vivo Participações S.A. trabalha para aprimorar constantemente as suas práticas de governança corporativa, para promover a gestão profissionalizada e dispenser um tratamento igualitário a todos os acionistas. Para manter o mercado de capitais informado sobre as operações da Companhia, ao longo de 2010 foram realizadas reuniões com analistas e investidores e cumprido um calendário de eventos. Além disso, a Vivo mantém canais de informações e comunicação por telefone, e-mail e website (www.vivo.com.br/ri), no qual estão disponíveis as informações atualizadas sobre as operações da empresa.

Sarbanes-Oxley

Cumprimento da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002
A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 exige que a Vivo passe a incluir em seus relatórios anuais, Formulário 20-F, um Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis. O referido relatório estará disponível no Formulário 20-F referente ao ano de 2010 e atestará que os controles internos foram submetidos a um processo de avaliação de acordo com as normas dos reguladores norte-americanos. A Diretoria da Vivo Participações reafirma seu compromisso com a efetividade de seus controles internos, e consonância com as melhores práticas de governança corporativa, transparência e criação de valor para os acionistas no longo prazo.

Código de Ética

O Código de Ética da Vivo tem como objetivo estabelecer os parâmetros para o cumprimento das políticas, regulamentos e demais normas aplicáveis, com uma conduta honesta, precisa e ética. A política é aplicável a todos os empregados e executivos. Em 2010, em linha com as diretrizes de sustentabilidade, foram incluídas na política de ética e conduta os compromissos de erradicação do trabalho infantil e escravo e valorização da diversidade.

Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Comitê de Divulgação

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante foi estabelecida pelo Conselho de Administração da Vivo Participações, em cumprimento ao Artigo 16 da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002. A responsabilidade final pela divulgação de informação, ato ou fato relevante é do CEO, do CFO e do Diretor de Relações com Investidores. Os dois primeiros são responsáveis pela autorização das informações a serem divulgadas, enquanto que o Diretor de Relações com Investidores responde pela comunicação propriamente dita, nos termos previstos na Política de Ato e Fato Relevante e na Instrução CVM 358/02, conforme alterada pela instrução 369/02. As citadas divulgações são revisadas por um grupo multidisciplinar independente Comitê de Divulgação, que atua na organização e gerenciamento do processo de divulgação de informações, revisão de Atos e Fatos Relevantes da Companhia, assegurando a sua qualidade e a implementação dos Procedimentos e Controles de Divulgação.

Política de Contratação com Partes Relacionadas

Conforme disposto no Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, deverá ser submetida à aprovação prévia da Assembleia Geral de Acionistas a celebração de contratos com partes relacionadas cujos termos e condições sejam mais onerosos para a Companhia do que os normalmente adotados pelo mercado em contratações da mesma natureza.

Comitê de Auditoria e Controle

O Comitê de Auditoria e Controle tem natureza colegiada e é formado por três membros do Conselho de Administração. É conduzido em conformidade com as regras estabelecidas em seu Regimento Interno e com as deliberações do Conselho de Administração, nos termos e limites da legislação em vigor e do Estatuto Social da Companhia.

A fim de garantir maior linearidade das ofertas, facilitando um melhor entendimento pelos clientes e pela força de vendas - essas ofertas foram mantidas até o final do ano. Apenas a promoção "Fale Mais" foi alargada em setembro de 2010 - em vez de 6 meses, o benefício passou a valer por 12 meses. Para o pré-pago, em março foi lançada a terceira fase da Promoção Recarregue e Ganhe (a primeira versão dessa oferta foi lançada em setembro de 2009), em que os clientes pré-pagos ganham bônus progressivo de até R\$1.000 por recarga. A promoção ficou vigente durante todo o ano de 2010. Para participar, os clientes deveriam se cadastrar, mediante pagamento de taxa única de adesão de R\$11,90, e recarregar. O bônus é válido para falar com Vivo em ligações locais e até 10% do bônus pode ser utilizado para falar com fixo em ligações locais. Para atender às necessidades regionais, algumas características da oferta variavam já no lançamento: tabela de bônus concedido, taxa de adesão (R\$11,90 ou R\$11,90) e percentual de utilização do fixo no bônus. Durante o ano, outros ajustes regionais foram realizados na oferta com o objetivo de auxiliar no atingimento dos resultados. A oferta foi divulgada mensalmente através de rádio em todas as regionais e na TV nos meses de abril, outubro e dezembro. Durante o primeiro trimestre foi realizada também uma ação de incentivo no caso de vendas de recarga (os distribuidores de recarga, seus supervisores, vendedores e pontos de venda de recarga) nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com o volume de recargas vendidas por semana, os participantes ganhavam cupons para concorrer a sorteios semanais de prêmios como cartões de recarga, TVs de LCD e até viagens para a Copa do Mundo da África do Sul. No serviço de internet, a Vivo manteve o foco na venda de *modem* e pacotes de *smartphone* para os clientes da base.

b) Segundo Trimestre
Logo no início do trimestre, em abril, o Programa de Pontos aumentou as possibilidades de escolha dos clientes pós-pagos, passando a oferecer o resgate de pacotes mensais de serviços, como SMS, ligações de longa distância ou minutos de ligações locais. Em maio, sua abrangência foi ampliada: também os clientes do plano Controle passaram a poder acumular pontos e resgatar aparelhos. Ainda em abril, foi lançada a Promoção Recarregue com o objetivo de estimular a venda de bônus de Torpedo SMS para clientes de Controle, essa oferta estava vigente desde julho de 2006. Em 30 de abril, estreou o novo portfólio de Internet Móvel: o Vivo Internet Brasil. São os únicos planos do mercado em que não há cobrança de excedente, ou seja, o cliente não tem surpresa na conta. Ao atingir a franquia, o cliente tem a velocidade reduzida, sem cobrança de excedente. Se ele quiser manter a velocidade 3G até o final do seu ciclo, poderá pagar por MB utilizado. Para facilitar a escolha do pacote de Internet mais adequado, foi disponibilizado um simulador, em que é possível escolher o pacote ideal de acordo com o perfil de utilização.

Em maio, foram realizadas diversas ações de relacionamento e prevenção ao churn, como o Welcome Call, na qual os novos clientes de *modem* recebem um telefonema da Vivo dando as boas-vindas e sanando eventuais dúvidas. Apoiada nesse mesmo conceito de orientar o cliente a melhor utilização do serviço, foi lançado, no mesmo mês, a Cartilha Educativa, com informações que vão desde a instalação do *modem* até o seu uso no dia a dia e as características do serviço.

Também em maio, foi disponibilizada a consulta de cobertura 3G com interface com Google Maps. Através dele, antes de efetuar a compra, o cliente pode consultar se há cobertura 3G no seu local de uso. Em junho, a novidade foi a Recarga Programada, na qual um cliente pós-pago ou Controle pode agendar uma recarga mensal para outro cliente pré-pago ou Controle. No momento da contratação, o cliente indica o número que deve receber a recarga, o dia do mês e o valor da recarga, que será cobrada mensalmente na sua fatura. No segundo trimestre de 2010, a oferta de acesso gratuito às redes sociais Orkut e Facebook, ao *microblog* Twitter e aos provedores de e-mail Hotmail e Gmail. Além disso, pode enviar torpedos SMS ilimitados para qualquer Vivo e recebe R\$ 450,00 em minutos para falar em chamadas locais com outros clientes Vivo e Vivo On.

c) Terceiro Trimestre

Em julho, foi lançada a Promoção 3 Favoritos no interior de São Paulo (DDDs 12, 16, 17 e 19), na qual o cliente podia cadastrar até três números Vivo do mesmo DDD para falar com 50% de desconto na tarifa. O benefício era válido também quando o cliente utilizava o bônus da Promoção Recarregue e Ganhe, permitindo assim que ele otimizasse/maximizasse a utilização e pudesse falar até o dobro de minutos. Nesse período, foi lançada também uma campanha de comunicação com o mote "Junte duas promoções e fique muito mais conectado". No mês, estreou, ainda, a promoção "Vivo On", uma oferta única para os clientes que valorizam as diferentes formas de se conectar com a sua rede de contatos, comunicando-se não só por meio de ligações, mas também por meio de torpedos SMS, e-mail e Redes Sociais. A oferta, válida para clientes pré e Controle, conta com bônus de torpedos SMS de valor Vivo para Vivo, acesso livre a redes sociais e e-mail pelo celular e bônus em ligações locais de valor Vivo. Na recarga de R\$ 25,00, por exemplo, o cliente ganha acesso gratuito às redes sociais Orkut e Facebook, ao *microblog* Twitter e aos provedores de e-mail Hotmail e Gmail. Além disso, pode enviar torpedos SMS ilimitados para qualquer Vivo e recebe R\$ 450,00 em minutos para falar em chamadas locais com outros clientes Vivo



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Única entidade a administração dos planos de previdência patrocinados pela empresa Vivo S.A. e Vivo Participações S.A., completando assim o ciclo de transferências dos planos para uma única administradora. Ainda em dezembro, foi aprovada a adesão da Vivo Participações S.A. como patrocinadora do plano VivoPrev, até então patrocinado apenas pela empresa Vivo S.A., a fim de que todos os colaboradores de ambas as empresas possam aderir ao novo plano de previdência.

Ambiente Interno

A Vivo desenvolve várias ações para manter o engajamento de seus colaboradores em relação aos desafios da organização, estabelecendo com eles relacionamentos saudáveis, duradouros e, sobretudo, produtivos. Com mensagens relevantes e claras, a Vivo dá valor e visibilidade para a informação, promove uma comunicação inspiradora e envolvente, cria uma identidade com a marca (visão, missão e valores) e gera entre os colaboradores o orgulho de pertencer. As parcerias consolidadas entre as áreas são fontes constantes de conteúdos e permitem manter o colaborador sempre alinhado com a estratégia, as políticas e as diretrizes da empresa. A Vivo promove ações internas que antecipam lançamentos de produtos e serviços, criando um ambiente de construção colaborativa e gerando o espírito de *owner* em cada um de seus colaboradores. Todas as ações são feitas para sustentar uma cultura que valoriza a experiência vivenciada pelos clientes e colaboradores. As parcerias consolidadas, a Pesquisa de Satisfação dos Colaboradores é uma importante ferramenta de monitoramento do ambiente organizacional. Após cada pesquisa, os resultados são comunicados para toda a empresa para que oportunidades de melhoria possam ser identificadas. Em 2010, o índice de satisfação atingiu 8,52, e a participação na pesquisa chegou a 87,2%. Esses indicadores comprovam o comprometimento das pessoas com a manutenção de um excelente ambiente interno.

Força de Trabalho

A Vivo encerrou 2010 com um total de 13.419 colaboradores. Em 2009 eram 10.598. A distribuição por atividades é a seguinte:

Área de Atividade	2010	2009	% var
Técnica e Operações	2.294	2.333	-1,7%
Marketing e Vendas	8.288	5.214	59,0%
Atendimento a Clientes	1.187	1.303	-8,9%
Suporte Financeiro e Administrativo	1.650	1.748	-5,6%
TOTAL	13.419	10.598	26,6%

Vale lembrar que o número elevado de contratações se deve à internalização das equipes de atendimento das lojas beneficiando mais de 30 mil pessoas em 175 vitrines, a Vivo desenvolveu outras experiências em comunidades. No Call Center, foram 1.333 movimentações, sendo 557 promoções.

Aderiram aos Planos de Previdência Privada 4.463 colaboradores, o que representa 33% do efetivo (dezembro/2010).

10 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Vivo teve importante atuação na área Socioambiental e Cultural. Por meio de projetos, a Companhia investiu no ano mais de R\$ 29,8 milhões em ações de Responsabilidade Socioambiental, Cultural e de sustentabilidade.

Projetos Socioambientais

Para a Vivo, o negócio é social. Suas práticas de Responsabilidade Socioambiental (RSA) são inovadoras, pois convergem o interesse e a virtude do negócio e promovem as políticas públicas. A Vivo desenvolveu outros projetos em 2010, as iniciativas foram direcionadas para a formação de redes instituídas, criando condições para que pessoas conectadas pudessem explorar, propor e experimentar novos processos de interação na sociedade em rede. Com base nisso, e para tratar de causas de interesse coletivo, os projetos foram organizados em seis frentes: Educação, Desenvolvimento Local, Criança e Adolescente, Cultura, Inclusão de Pessoas com Deficiência e Voluntariado.

A **Rede Vivo de Educação**, que tem como objetivo conectar pessoas que pensam a respeito de uma nova educação na sociedade em rede, realizou em setembro de 2010 o seminário "A Sociedade em Rede e a Educação", estruturado de maneira colaborativa, por meio do site <http://vivoeduca.ning.com>. Essa edição contou com uma audiência de mais de mil pessoas. A rede possui, atualmente, mais de 3,4 mil membros, que debatem novas formas de educação e realizam projetos em conjunto.

O **Desenvolvimento Local** foi foco de importantes ações. A partir da experiência realizada na região oeste do Pará com a ONG **Projeto Saúde e Alegria** na implantação de Arranjos Educativos Locais, pólos de tecnologia 3G beneficiando mais de 30 mil pessoas em 175 vitrines, a Vivo desenvolveu outras experiências em comunidades com características distintas. Um exemplo é o **Projeto A Gente Transforma Parque Santo Antonio** com **SuViv** ao Vivo, idealizado pelo arquiteto Marcelo Rosenbaum. A iniciativa promoveu a conexão entre os moradores do Parque Santo Antonio, na zona sul de São Paulo, empresas, governo e organizações sociais, beneficiando 500 mil moradores por meio da pintura de casas, restauração de um espaço público (o Campo do Astro) e criação de pólos de cultura digital. Em Santa Cruz de Cabralia, na Bahia, foi implantado o projeto **Pescando com Redes 3G** para melhorar as condições de vida de 40 famílias de pescadores por meio do uso do sinal 3G da Vivo. Os pescadores, fazendo uso de aplicativos móveis especialmente desenvolvidos para o projeto, passaram a ter acesso a dados sobre condições de navegação, consulta à Bolsa de Mercadorias e conexão permanente com os clientes.

A **Rede Vivo de Seminário Pró-Conselho**, por meio do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, destina recursos para projetos como o **Seminário Pró-Conselho**, que reúne 2 mil conselheiros dos direitos da criança para discutir e compartilhar conhecimento a respeito do tema, como também para **projetos de aparelhos ao trabalho infantil**, de atendimento a **deficientes visuais** e para **tratamento do câncer infantil**. O **Cellular Amplo**, projeto que conecta a comunidade com os Conselhos Tutelares locais, doou amplamente mil aparelhos celulares e créditos para os Conselhos Tutelares do Brasil.

A Vivo também segue comprometida com a **Inclusão de Pessoas com Deficiência**. O projeto **Eu Vivo Remando** - que tem como objetivo capacitar jovens com algum tipo de deficiência nessa modalidade esportiva para formar uma equipe profissional de competição que tenha condições de representar a Vivo nos campeonatos da categoria, como os Jogos Para-Panamericanos de 2011 e Paralímpicos de 2012 - aumentou a equipe de remo adaptado de 15 para 30 atletas. Também foram ampliadas as **ações de acessibilidade**, como a Audiodescrição realizada em peças no Teatro Vivo para pessoas com deficiência visual, e a abrangência inclusiva, estendendo a técnica para óperas. no Rio Grande do Sul, foram capacitados mais 25 voluntários. O Teatro Vivo conta, ainda, com interpretação em líbra para pessoas com deficiência auditiva. A empresa também apoiou a **Associação de Ballet para Cegos Fernanda Bianchini**, que proporciona aulas de balé gratuitas para deficientes visuais.

A **Rede Vivo de Voluntariado** se mobilizou em campanhas de arrecadação e doação de materiais para as vítimas das chuvas no sudeste e nordeste do Brasil, e de roupas e brinquedos para crianças, na época do Natal. Além disso, as atividades de audiodescrição e gravação de audiolivros envolveram mais de 60 voluntários, com a gravação de mais de 200 horas de livros para deficientes visuais.

O **SMS Social**, iniciativa que desenvolve campanhas sociais junto aos clientes Vivo pós e pré-pagos por meio de Textos SMS com alertas e informações de utilidade pública, enviou 185 milhões de mensagens. As ações ambientais, como o **Recicle seu Celular**, programa voltado à reciclagem de celulares, acessórios e baterias, fechou 2010 com mais de 3,5 mil pontos de coleta e arrecadação de 42.050 aparelhos e 136.021 itens. Desde o início do programa, em 2006, o montante é de 875.633 aparelhos e mais de 2,3 milhões de itens, que foram encaminhados para a reciclagem ou destinação final adequada.

Sustentabilidade

Em 2010, pelo segundo ano consecutivo, a Vivo foi uma das empresas selecionadas para integrar o ISE (Índice de Sustentabilidade) da Bovespa. O grupo é composto por 47 ações de 38 companhias que apresentam alto grau de comprometimento com práticas de sustentabilidade e governança corporativa.

Essa é mais uma conquista importante para a companhia, que tem a sustentabilidade como um de seus valores e promove o tema em sua agenda estratégica. A Vivo lançou a sua Política de Sustentabilidade, com seis Diretrizes e 24 compromissos divididos em três frentes: Conexão Sustentável, Tecnologia Sustentável e Atitude Sustentável.

Esses compromissos se tornam tangíveis por meio de projetos que envolvem toda a organização, como o Conta Online, Mudanças Climáticas e Programas de saúde e qualidade de vida, entre outros. Além disso, mais de mil

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4	329.223	257.111	10.706	2.140.817	1.258.574	2.182.913
Contas a receber, líquidas	5	283.349	-	-	2.821.472	2.546.806	2.578.498
Estoques	6	20.115	-	-	287.912	423.634	778.704
Juros sobre o capital próprio e dividendos		299.025	246.092	271.553	-	-	-
Tributos a recuperar	8.1	103.957	8.662	4.386	1.003.384	1.186.231	1.130.604
Depósitos e bloqueios judiciais	7	10.265	1.076	566	138.889	200.907	164.050
Operações com derivativos	31	-	-	-	20	14.700	347.448
Despesas antecipadas	9	17.340	998	1.202	182.894	161.954	171.231
Outros ativos	10	9.866	334	294	232.967	170.966	257.042
Total do ativo circulante		1.073.140	514.273	288.707	6.808.355	5.963.772	7.610.490
NÃO CIRCULANTE							
Aplicações financeiras em garantia		2.614	-	-	92.990	90.541	88.822
Pessoal a recuperar	8.1	755.221	729.559	593.141	1.038.103	968.398	923.501
Tributos diferidos	8.2	26.889	-	5.547	1.789.718	2.122.404	2.465.205
Depósitos e bloqueios judiciais	7	621.579	5.927	1.532	1.001.087	608.995	445.283
Operações com derivativos	31	10.891	8.208	-	108.034	137.060	285.303
Despesas antecipadas	9	3.990	1.570	1.630	17.302	23.430	26.063
Outros ativos	10	123	653	2.496	1.601	1.601	1.182
Investimentos	11	8.235.568	8.864.733	8.440.915	-	-	-
Imobilizado, líquido	12	684.191	2	4	6.324.391	6.408.504	7.183.908
Intangível, líquido	13	2.170.971	1.929.236	1.429.388	4.662.197	4.857.200	4.989.464
Total do ativo não circulante		12.511.437	11.539.886	10.464.283	15.035.423	15.219.633	16.419.351
Total do ativo		13.584.577	12.054.161	10.758.090	21.843.778	21.183.405	24.029.841
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Pessoal, encargos e benefícios sociais	14	22.677	393	555	283.071	161.366	185.471
Fornecedores e contas a pagar	15	382.501	2.348	-	3.024.516	3.053.587	3.734.324
Impostos, taxas e contribuições	16	116.069	36.609	46.028	1.005.528	953.355	750.622
Empréstimos e financiamentos	18	88	-	-	482.545	688.397	1.811.703
Debêntures e notas promissórias	18	233.059	266.256	1.112.876	233.059	266.256	1.308.145
Juros sobre o capital próprio e dividendos	17	492.731	319.287	141.788	492.731	322.433	183.013
Provisões	19	15.507	1.168	1.257	120.110	134.181	132.855
Operações com derivativos	31	3.599	2.302	1.213	43.506	30.970	105.352
Recettas diferidas	21	65.920	-	-	548.575	590.320	575.906
Outras obrigações	22	203.341	190.951	103.644	249.818	250.590	250.871
Total do passivo circulante		1.535.292	819.311	1.411.824	6.883.559	6.451.455	9.029.452
NÃO CIRCULANTE							
Impostos, taxas e contribuições	16	613.093	76.872	-	1.058.533	736.134	617.143
Empréstimos e financiamentos	18	12.830	-	-	1.984.273	2.306.632	3.826.385
Debêntures	18	1.214.013	1.803.609	1.000.000	1.214.013	1.863.209	1.056.923
Provisões	19	620.589	341	459	410.402	315.872	337.313
Operações com derivativos	31	5.827	10.552	-	90.829	131.418	97.971
Recettas diferidas	21	2.361	132	-	60.634	34.388	39.156
Outras obrigações	22	326	326	-	1.283	1.317	1.447
Total do passivo não circulante		1.909.033	1.891.710	1.000.779	4.819.967	5.386.810	5.975.338
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	23	8.780.150	8.780.150	6.710.526	8.780.150	8.780.150	6.710.526
Prêmio na aquisição de participação de acionistas não controladores	23	(1.258.853)	(1.258.853)	-	(1.258.853)	(1.258.853)	-
Ações em reserva	23	(11.070)	(11.070)	(11.070)	(11.070)	(11.070)	(11.070)
Reservas de capital	23	518.678	518.678	708.574	518.678	518.678	708.574
Reservas de lucro	23	270.286	903.066	859.497	270.286	903.066	859.497
Dividendos complementares propostos	23	1.841.061	611.925	265.685	1.841.061	611.925	265.685
Prejuízos acumulados	23	-	(200.756)	(187.725)	-	(200.756)	(187.725)
Total do patrimônio líquido		10.140.252	9.343.140	8.345.487	10.140.252	9.343.140	8.345.487
Total do passivo e patrimônio líquido		13.584.577	12.054.161	10.758.090	21.843.778	21.183.405	24.029.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receita operacional líquida	24	1.174.011	-	18.105.885	16.637.094
Custo dos serviços prestados	25	(471.267)	-	(7.412.166)	(7.069.274)
Custo das mercadorias vendidas	25	(69.242)	-	(1.091.750)	(1.091.750)
Lucro bruto		633.502	-	9.604.777	7.566.070
Despesas com vendas	26	(253.611)	-	(4.800.639)	(4.380.358)
Despesas gerais e administrativas	27	(74.578)	(19.468)	(1.334.783)	(1.290.795)
Equivalência patrimonial	11	1.793.593	1.097.977	-	141.548
Outras receitas operacionais, líquidas	28	1.801	-	1.801	100.732
Receitas (despesas) operacionais		1.466.353	1.078.578	(5.993.874)	(5.570.421)
Lucro antes das despesas financeiras, líquidas		2.099.755	1.078.578	3.050.573	1.995.649
Despesas financeiras, líquidas	29	(143.956)	(213.591)	(333.203)	(527.042)
Lucro antes dos tributos		1.955.799	864.987	2.717.373	1.468.607
Imposto de renda e contribuição social	30	(61.966)	(14.246)	(823.440)	(590.431)
Lucro líquido do exercício		1.893.833	850.741	1.893.833	878.176
Outros resultados abrangentes					
Planos de benefícios pós emprego		(2.921)	(3.947)	(4.712)	(7.628)
Imposto de renda e contribuição social sobre planos de benefícios pós emprego		993	1.342	993	1.342
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas		(1.791)	(3.681)	-	-
Resultado abrangente do exercício		1.890.114	844.455	1.890.114	871.890
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	1.893.833	850.741
Acionistas não controladores		-	-	-	27.435
Resultado abrangente do exercício atribuível a:				1.893.833	878.176
Acionistas controladores		-	-	1.890.114	844.455
Acionistas não controladores		-	-	-	27.435
Resultado abrangente do exercício				1.890.114	871.890
Lucro por ação:					
Básico e diluído por ação		-	-	1.893.833	878.176
Detentores de ações ordinárias e preferências (em Reais)	37	4.7394	2.2193		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares de reais)

RECEITAS	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS	1.499.139	336	23.907.267	21.478.017
Prestação dos serviços e mercadorias vendidas	1.481.088	-	23.548.209	21.197.281
Outras receitas	35.505	336	528.707	493.971
Provisões para redução ao valor recuperável das contas a receber	(572.481)	(16.313)	(9.611.327)	(9.326.655



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010
(em milhares de reais)

Table with columns: Capital Social, Prêmios Pagos na Aquisição de Participação de Acionistas não Controladores, Reservas de Capital (Reserva Especial de Ágio, Incentivos Fiscais), Reservas de Lucro (Reserva Legal, Reserva de Contingências, Reserva para Expansão, Ações em Tesouraria), Dividendos Complementares, Prejuízos Acumulados, Total do Patrimônio Líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010
(em milhares de reais)

Table with columns: Capital Social, Prêmios Pagos na Aquisição de Participação de Acionistas não Controladores, Reservas de Capital, Reservas de Lucro, Dividendos Complementares, Prejuízos Acumulados, Participação de Acionistas, Total do Patrimônio Líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. **Vivo Participações S.A.** ("Vivo Participações" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto e tem sua sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 1464, na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo no Brasil. A Vivo Participações pertence ao Grupo Telefônica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de dezembro de 2009, tinha como controladores a Brasilcel N.V. e suas subsidiárias Portelcom Participações S.A. e TBS Celular Participações Ltda., que em conjunto, excluindo as ações em tesouraria, detinham 59,6% do capital total da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, tinha como controladores a Telefônica S.A. e suas subsidiárias Portelcom Participações S.A. e TBS Celular Participações Ltda., que em conjunto, excluindo as ações em tesouraria, detinham 59,6% do capital total da Companhia.

b. **Controladas**
Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia era a controladora integral da Vivo S.A. ("Vivo" ou "controlada") e da Telemig Celular S.A. ("Telemig" ou "controlada"), que exploram serviços de telefonia móvel, incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia era a controladora integral da Vivo, que explora serviços de telefonia móvel pessoal, incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas.

c. **Autorizações e Licenças**
Os negócios da Companhia e da controlada, incluindo os serviços que podem prover, são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão regulador (Autarquia Federal) dos serviços de telecomunicações, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações (LGT). Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares. As autorizações concedidas pela ANATEL são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de taxas equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, e relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

A Companhia e sua controlada exploram serviços de telefonia móvel celular (Serviço Móvel Pessoal - SMP), incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas, conforme segue:

Table with columns: Área de Operação, Vencimentos das Autorizações. Lists various frequency bands and their expiration dates across different regions.

Dessa maneira, quando da adjudicação efetiva dos referidos lotes, a Vivo incrementará seu espectro e passará a operar nas frequências de 900 MHz e 1.800 MHz de forma abrangente. O valor ofertado pelos 23 lotes foi de R\$1.021.502, representando um ágio médio de 77% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Edital de Licitação.

O valor a ser pago e os termos de utilização observarão as regras estabelecidas no edital e impostos pela ANATEL, sendo ajustados de acordo com o prazo remanescente das licenças. O montante total poderá ser pago à vista ou mediante financiamento, sendo 10% na data da assinatura do Termo de autorização, previsto para acontecer no primeiro semestre de 2011, e os 90% restantes, com carência de 3 anos, em 6 parcelas iguais e anuais, atualizadas pela variação do IFT (Índice do Setor de Telecomunicações) acrescido de juros simples de 1% ao mês. O valor final das licenças (valor do contrato) deverá refletir-se nos investimentos da controlada para o exercício social de 2011.

Será comunicada através do Diário Oficial da União - DOU ou em Sessão Pública, a decisão da Comissão Especial de Licitação quanto ao resultado oficial da Licitação, e em ato contínuo realizada, mediante o atendimento das condições previstas no Edital, a assinatura do Termo de Autorização.

No quadro a seguir, estão listados os 23 lotes nos quais a Vivo teve oferta vencedora:

Table with columns: Lotes, Faixa de Frequência (MHz), Largura, Área de Prestação, Preço Mínimo, Valor da Proposta, Ágio %. Lists 23 lots with their respective frequencies and areas.

(1) Municípios de Altinópolis, Aramina, Bataiais, Brodowski, Britizal, Cajuí, Cássia dos Coqueiros, Colômbia, Franca, Guatira, Guar, Ipaú, Ituverava, Jardimópolis, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Ribeirão Corrente, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria e São Joaquim da Barra, no Estado de São Paulo.

(2) CN = Municípios com Código de Seleção Nacional

d. **Eventos Societários**
d.1) **Ocorridos e/ou Divulgados em 2010**
Incorporação da Telemig Celular S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1 de junho de 2010, foi aprovada a incorporação da Telemig pela Vivo Participações e a consequente extinção da Telemig. Em conformidade com o disposto no artigo 227 da Lei nº 6.404/76, nesta mesma data foram aprovados o Protocolo e Justificação da Incorporação da Telemig pela Vivo Participações e o Laudo de Avaliação do acervo líquido da Telemig, elaborado por empresa independente, com base no valor contábil de 31 de março de 2010.

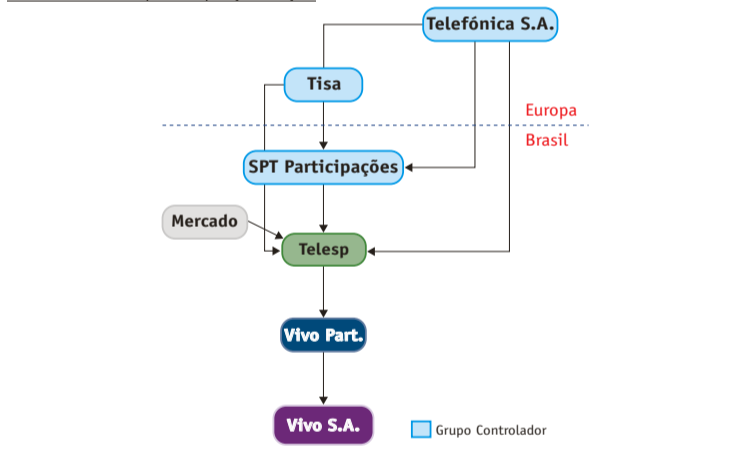
O acervo líquido vertido para a Vivo Participações em 31 de março de 2010 foi de R\$1.003.766 e as variações patrimoniais ocorridas na Telemig entre a data-base da avaliação do acervo da Telemig e a data efetiva de sua incorporação (1º de junho de 2010) foram absorvidas pela Vivo Participações. Esta incorporação não acarretou aumento de capital ou alteração de participação acionária dos acionistas da Vivo Participações, dado que não existiam acionistas não controladores da Telemig.

Em decorrência desta incorporação, as licenças para exploração de serviços de SMP da Telemig foram transferidas para a Companhia, que passou a explorar os serviços de telefonia móvel, incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços no Estado de Minas Gerais (região 1).
Proposta de Reestruturação Societária - Incorporação de Ações da Vivo Participações S.A. e Telecomunicações de São Paulo S.A.

As administrações da Vivo Participações e da Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp ("Telesp" (conjuntamente referidas como "companhias"), na forma e para os fins das Instruções CVM nºs 319/99 e 358/02, informaram que, em 27 de dezembro de 2010, foi aprovada pelos seus respectivos Conselhos de Administração, a proposta de reestruturação societária concernente à incorporação de ações da Vivo Participações pela Telesp, visando a unificação da base acionária das companhias ("Reestruturação Societária").



Em 21 de dezembro de 2010, a Brasilcel N.V., antiga controladora da Portelcom Participações S.A., Ptelecom Brasil S.A., TBS Celular Participações Ltda. e da Companhia, foi incorporada pela Telefônica S.A., com a consequente extinção da Brasilcel, sendo os documentos que atestam a referida operação societária recepcionados para registro pela Vivo Participações no Brasil em 26 de janeiro de 2011. A partir dessa data, a Telefônica S.A. passou a ser a titular das ações das holdings brasileiras da cadeia de controle da Companhia que eram detidas por meio da holding Brasilcel N.V., salientando-se que a referida operação não alterou a composição do controle final das companhias envolvidas.



A Telesp incorporará ao seu patrimônio a totalidade das ações da Vivo Participações, atribuindo-se diretamente aos titulares das ações da Vivo Participações que foram incorporadas, as novas ações que lhes couberem na incorporação da Telesp.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/76 conforme alterada, e na Instrução CVM nº 319/99, bem como nos estatutos sociais das companhias, serão contratados assessores financeiros e empresas especializadas para a elaboração de estudos complementares relativos à operação e a posterior elaboração dos laudos de avaliação das companhias, os quais servirão como parâmetro para o estabelecimento das relações de substituição e do aumento de capital decorrente da incorporação de ações e, ainda, para fins do disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76. Uma vez finalizadas as avaliações e análises necessárias e, efetuadas as recomendações dos Comitês Especiais aos Conselhos de Administração da Vivo Participações e da Telesp para as respectivas deliberações, serão divulgados por meio de fato relevante a relação de substituição e o demais termos e condições que viem a ser propostos pelos Conselhos de Administração das companhias aprovados na Reestruturação Societária. As propostas dos Conselhos de Administração estarão sujeitas à aprovação dos acionistas em Assembléias Gerais a serem realizadas para esse fim, tudo nos termos da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto na Instrução CVM nº 319/99 e no Parecer de Orientação CVM nº 35/08, além das aprovações regulatórias necessárias. Estima-se que a Reestruturação Societária seja realizada ao longo do primeiro semestre de 2011.

Além do fato relevante complementar contendo maiores detalhes a respeito dos termos e condições da Reestruturação Societária que forem acordados conforme acima, serão publicados oportunamente os respectivos editais de convocação das Assembléias Gerais Extraordinárias das companhias nas quais será deliberada a Reestruturação Societária pretendida.

Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Telesp e de ações ordinárias da Vivo Participações que dissentirem da incorporação de ações da Vivo Participações pela Telesp e, a partir da data da publicação das atas das assembleias que aprovarem a Reestruturação Societária, o direito de retirar-se das companhias, mediante o reembolso das ações de que comprovadamente são titulares em 27 de dezembro de 2010. O valor de reembolso dos acionistas que dissentirem da operação será divulgado oportunamente, juntamente com as demais condições da operação.

A Reestruturação Societária será submetida à aprovação da ANATEL. A realização das assembleias para deliberação da Reestruturação Societária está sujeita aos trâmites necessários junto à Securities and Exchange Commission ("SEC"), na forma exigida pela regulamentação daquela comissão norte-americana, haja vista a negociação de ADRs das companhias na New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de Nova York).

Como passo preparatório para a Reestruturação Societária, a Vivo Participações incorporará as holdings brasileiras TBS Celular Participações Ltda., Portelcom Participações S.A. e Ptelecom Brasil S.A. (conjuntamente, as "holdings"), que atualmente detêm direta e indiretamente como principal ativo as ações da Vivo Participações. A incorporação das holdings não acarretará alteração do número e da composição por espécie das ações da Vivo Participações, não sendo afetadas as participações atuais dos acionistas da Vivo Participações.

d.2) **Ocorridos e/ou divulgados em 2009**
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2009, os acionistas da Telemig Celular Participações S.A. ("Telemig Participações") e da Telemig aprovaram o Protocolo de Incorporação de Ações e Instrumento de Justificação, celebrado em 29 de maio de 2009, no qual foi proposta a incorporação da Telemig Participações das localidades das ações da Telemig, atribuindo-se diretamente aos titulares das ações da Telemig incorporadas, as novas ações que lhes cabiam na incorporadora Telemig Participações (para cada ação da Telemig, seus titulares receberam 17,4 novas ações da Telemig Participações), de acordo com as relações de substituição estabelecidas nas reuniões dos Conselhos de Administração das companhias realizadas em 29 de maio de 2009. Na mesma data, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o Protocolo de Incorporação de Ações e Instrumento de Justificação, celebrado em 29 de maio de 2009, no qual foi proposta a incorporação das ações da Telemig Participações nas Vivo Participações, atribuindo-se diretamente aos titulares das ações da Telemig Participações incorporadas as novas ações que lhes cabiam da Vivo Participações (para cada ação da Telemig Participações, seus titulares receberam 1,37 novas ações da Vivo Participações), de acordo com as relações de substituição estabelecidas nas reuniões dos Conselhos de Administração das companhias, realizadas em 29 de maio de 2009.



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

deliberaram a respeito da Reestruturação Societária, o direito de retirar-se das respectivas companhias, mediante o reembolso das ações de que comprovadamente eram titulares na data da comunicação dos Fatos Relevantes. Este reembolso representou R\$23, referente a 405 ações.

Os cálculos realizados para as relações de trocas de ações da Telemig pelo Telemig Participações e da Telemig Participações pela Vivo Participações, conforme processos descritos anteriormente resultaram em frações de ações que foram recolocadas no mercado em leilões realizados em 24 e 29 de setembro de 2009 na BM&FBovespa. Essas ações representavam 54.169 ações ordinárias e 42.595 ações preferenciais, representando o valor líquido de R\$40.95218 por ação ordinária e R\$43.19255 por ação preferencial, pagas pró-rata às frações detidas pelos acionistas e investidores antes dos leilões.

Em 4 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). O cancelamento do registro da Telemig foi concedido em 16 de setembro de 2009. Os cancelamentos dos registros da Telemig Participações na CVM e na BM&FBovespa foram concedidos em 16 e 19 de outubro de 2009, respectivamente. A solicitação para o cancelamento do registro da Telemig Participações na Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”) foi aprovada pela própria NYSE através do “*Form 25*” em 28 de setembro de 2009. Em 15 de dezembro de 2009, a SEC autorizou o arquivamento efetivo do “*Form 15*” junto à mesma, com cancelamento de registro da Telemig Participações junto à SEC a partir daquela data.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2009, foi aprovada a incorporação e a consequente extinção da Telemig Participações pela Vivo Participações, cuja apreciação e aprovação prévia foram aprovadas em 4 de novembro de 2009. Em decorrência desta incorporação, a Telemig passou a ser subsidiária integral da Vivo Participações.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2009, foi aprovada a inclusão no objeto social do Estatuto Social da Companhia a atividade de prestação de serviço de telefonia móvel celular, para possibilitar a incorporação mencionada no parágrafo seguinte.

Em 7 de dezembro de 2009, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que protocolizou, em 3 de dezembro de 2009, perante a ANATEL, o requerimento de aprovação prévia para incorporação da Telemig pela Vivo Participações, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 9.472/97 - Lei Geral de Telecomunicações, no Regulamento de Aprovação de Controle e nº 101/99, e nos demais Instrumentos Normativos de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 1.149/99, e nos demais instrumentos normativos aplicáveis.

e. Negociação das ações em bolsas de valores

e.1) Ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) Em 4 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), sob os códigos de negociação TSPSP e TSPPA, para as ações ordinárias e preferenciais, e desde 31 de março de 2006 sob os novos códigos VIV03 e VIV04, respectivamente, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2006.

e.2) Ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de ADRs na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) sob código “TCP” e desde 31 de março de 2006 sob o código “VIV” conforme Assembleia Geral Extraordinária de 22 de fevereiro de 2006, que possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADR representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADRs com o código “VIV”, na Bolsa de Valores de Nova York.

f. Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

f. Acordo entre a Telefônica S.A. e a Telecom Itália

Em outubro de 2007, a TELCO S.p.A. (na qual a Telefônica S.A. detém uma participação de 42,3%), concluiu a aquisição de 23,6% da Telecom Itália. A Telefônica S.A. tem o controle da Vivo Participações. A Telecom Itália tem participação na TIM Participações S.A. (“TIM”), empresa de telefonia celular no Brasil. Como resultado da aquisição de sua participação na Telecom Itália, a Telefônica S.A. não tem envolvimento direto com as operações da TIM. Adicionalmente, quaisquer transações entre a Companhia e controlada e a TIM são transações normais do negócio de telefonia celular, as quais são regulamentadas pela ANATEL.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Base de Preparação e Apresentação:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e controlada.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs. A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

O IFRS 1 (*First-time adoption of International Reporting Standards*)/CPC 37 (Primeira Adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade) exigem que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e relativas interpretações, em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira consolidada em IFRS/IFRS (31 de dezembro de 2010), na data de transição para o IFRS/CPC (1º de janeiro de 2009) e para o período comparativo apresentado nas primeiras demonstrações em IFRS/CPC (31 de dezembro de 2009).

A nota 3 – “Transição das práticas contábeis para IFRS/CPC”, detalha os principais efeitos da transição para IFRS/CPC e as principais diferenças relacionadas às práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações financeiras da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS/CPC requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.

Em reunião de diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, a Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Vivo Participações S.A. e da controlada Vivo S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e da Vivo Participações S.A. e das controladas Vivo S.A. e Telemig Celular S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (nota 1b), cujos valores sociais são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

Em 31 de dezembro de 2010, os saldos da controladora incluem: i) no balanço patrimonial, os montantes incorporados da Telemig; ii) na demonstração de resultados, os saldos das transações realizadas a partir de 1º de junho de 2010 como operadora na região 1, Estado de Minas Gerais; e iii) os respectivos efeitos da incorporação nos fluxos de caixa.

Visando facilitar o entendimento das informações do balanço patrimonial da controladora, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, demonstramos na nota 36 os saldos incorporados da Telemig pela Companhia, na data-base de 31 de maio de 2010.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e o resultado *soma*, horizontalmente, os saldos das contas de ativos e passivos, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação: i) das participações da Companhia no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; ii) dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e iii) dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas.

A conciliação entre o lucro líquido da controladora e o consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, é como segue:

Lucro líquido da controladora	850.741
Participação de acionistas não controladores	27.435
Lucro líquido consolidado	878.176

2.2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações e com risco insignificante de mudança de seu valor (nota 4).

b) Contas a receber, líquidas

Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço, líquidos da provisão para redução ao valor recuperável. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards* e acessórios (nota 5).

c) Estoques

São representados pelos aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição ou pelo menor valor realizável líquido, dos dois o menor (nota 6).

O valor líquido recuperável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

Foi constituída provisão para redução ao valor recuperável para os aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia e controlada em um período razoável de tempo (nota 6).

d) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos (nota 9).

e) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, representam os investimentos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

f) Imobilizado líquido

São apresentados ao custo de aquisição, incluindo o custo de depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. O referido custo, inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos (ativos qualificáveis) e está líquido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestradual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) os quais foram registrados como tributos a recuperar. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e controlada reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específicas.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

Os custos estimados a inerir em desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e reconhecidos na data-base de avaliação de ativos (nota 19) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, que não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 12.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Arrendamento Mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ou mais ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantileiros, nos quais a Companhia ou controlada obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo de bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos do arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros liquidados no período em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou a perda resultante de uma venda prevista que é protegida por *hedge* é reconhecido no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Inclui ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, licenças de autorização adquiridas da ANATEL, contratos e outros ativos intangíveis de *lojas* próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos) e outros ativos intangíveis (nota 13).

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida definida são revisados anualmente. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

São termos do IAS 36/CPC1, a Companhia e controlada revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido em excesso do valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital – “*CAPM - The Capital Asset Pricing Model*” (Modelo de Especificação de Ativos) antes dos tributos de 14%, que reflète o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes concendedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Um período consistente em as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Se essa indicação ainda existir, a Companhia e controlada estimam que o ativo ou unidade geradora de caixa é recuperável. Um perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos supostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda do valor recuperável foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do comprometimento de ativos específicos:

i.1) Ágio

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida.

As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

i.2) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

i.3) Avaliação do valor em uso

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas:** As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de clientes, a avaliação das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia e controlada neste mercado; **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas variáveis foram projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e controlada, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- **Investimentos de capital:** Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas-chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e controlada não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, visto que o valor estimado de mercado excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

j) Combinações de negócios e ágios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de aquisição é mensurado pelo valor justo dos ativos, instrumentos de patrimônio e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Ativos identificados adquiridos, passivos e contingências assumidas na combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de aquisição, independente do grau da participação dos acionistas não controladores.

Inicialmente, o ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis a uma empresa adquirida, na respectiva data de aquisição. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo do ativo líquido da empresa adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa que se espera seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio *fixer* parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

k) Impostos, taxas e contribuições

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Tributo Federal;
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal;
- CSSL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal;
- FISTEL - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações;
- FUNTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações;
- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações;
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestradual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual;
- IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - Tributo Federal;
- IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal;
- IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal;
- IRSS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal;
- PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal;
- TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento; e
- TI - Taxa de Fiscalização e Infração.

As receitas de instalação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS ou ICS às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. As demais receitas auferidas pela Companhia e controlada, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro ajustado do imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro *prestando*), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesa, temporariamente não dedutível, ou exclusões de receita, temporariamente não tributável, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se às alíquotas esperadas vigentes na data da reversão da diferença temporária dos citados tributos e considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho Fiscal. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva contra a qual possam ser utilizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não reconhecidos são reavaliados anualmente e são reconhecidos na extensão que tornou-se provável que existirá base tributável positiva contra a qual possam ser utilizados.

Os impostos de natureza social diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no não circulante independentemente de sua data de realização.

Também são incluídas na rubrica de impostos, taxas e contribuições, as obrigações legais, que são aquelas para as quais a Companhia e controlada estão discutindo judicialmente sua legalidade ou constitucionalidade. São constituídas provisões para a totalidade desses valores, independentemente da avaliação dos consultores jurídicos da Companhia e controlada quanto às possibilidades de perda.

l) Provisões

L.1) Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, onde é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação.

As provisões são avaliadas até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência (nota 19).

L.2) Provisões civis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, civil e regulatória tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais e administrativas são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia e controlada e de seus consultores jurídicos.

L.3) Provisão para desimobilização de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de rádios base da Companhia ou controlada) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

M) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a um ano para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

n) Juros sobre o capital próprio e dividendos

n.1) Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre o renda. A Companhia decidiu pagar os juros para seus acionistas, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (nota 23) e, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisionou o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras anuais, a Companhia reverteu a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

n.2) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2010 como obrigações legais (provisões no passivo circulante), e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha específica na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os dividendos em excesso ao mínimo obrigatório relativos ao exercício de 2009 foram reconhecidos como ajuste para adoção inicial do IFRS/CPCs na demonstração das mutações do patrimônio líquido e foram revertidos da conta de dividendos a pagar, no balanço patrimonial de 2009, onde estavam originalmente apresentados, de acordo com as regras anteriores.

o) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia ou controlada e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Incluem os saldos a receber de acordos comerciais que são provenientes de transações correntes com seus fornecedores, tendo como principais referências o volume de compras e as campanhas de *marketing* compartilhadas (nota 10).

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido (nota 19).

Ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Os valores de ativos e passivos são avaliados em relação às demonstrações financeiras quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia e controlada utilizaram as taxas da TJLP (taxa de juros de longo prazo) e do CDI (certificado de depósitos interbancários) como base para os cálculos dos ajustes a valor presente, aplicados conforme os itens de ativos e passivos.

q) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizadas pelos governos ou instituições relacionadas com a ajuda adicional do governo à taxa de mercado atual aplicável, o efeito desse juro favorável é considerado como subsídio externo.

Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As principais políticas da Companhia e controlada: e (iv) a Companhia e controlada possuem controles e eficazes sobre os bens do ativo imobilizados e intangíveis, que possibilitam a pronta identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil destes ativos. Portanto, os valores apresentados no ativo imobilizado e intangíveis líquidos, estão registrados pelo custo depreciado/amortizado conforme permitido pelo IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demais isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no IFRS 1/CPC 37 não são aplicáveis à Companhia e controlada.

3.2 Reconciliação entre IFRS/CPC e as Práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009

A seguir, demonstramos as principais diferenças entre IFRS/CPC e as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 que afetaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização. Para atender o disposto no IAS 12 e CPC 32, os tributos diferidos foram reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante. Além destas reclassificações, o imposto de renda e contribuição social decorrente dos ajustes dos IFRS/CPCs foram classificados como ativo não circulante.

b) Taxa de fiscalização e instalação (TFI): Corresponde aos valores pagos mensalmente sobre adições líquidas de novos clientes, os quais eram amortizados pelo período estimado de fidelização dos clientes, equivalente a 24 meses. Com o intuito de adequar suas práticas contábeis às melhores práticas internacionais, a Companhia e controlada passaram a reconhecer estes valores pagos diretamente no resultado no momento em que a taxa é debitada no grupo de Custos dos Serviços Prestados, na linha de "Impostos, taxas e contribuições" (nota 25).

Os devidos ajustes foram efetuados de forma retrospectiva, conforme requerido pelo IFRS 1/CPC 37.

c) Depósitos judiciais: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de depósitos judiciais dados em garantia a processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários eram apresentados no balanço patrimonial como redutores dos respectivos passivos. Para atender o disposto no IAS 37/CPC 25, a Companhia e controlada reclassificaram os referidos depósitos judiciais para o ativo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização (nota 7).

d) Planos de benefícios pós emprego: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os ativos atuais líquidos dos planos de benefícios pós emprego não eram reconhecidos contabilmente.

Para atender o disposto no IAS 19/CPC 33, a Companhia e controlada passaram a reconhecer os ativos atuariais líquidos dos planos de benefícios pós emprego, limitados às restrições de recuperabilidade de *superávits* aplicáveis a patrocinadores de fundos de pensão brasileiros. Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios pós emprego e os montantes referentes a limitações de recuperabilidade de *superávits* por restituições ou reduções de contribuições futuras estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, não mais gerando impacto no resultado operacional (nota 32). Conforme determinado pelo IAS 19/CPC 33, neste mesmo momento, estes montantes são transferidos para a rubrica de lucros (prejuízos) acumulados.

e) Encargos financeiros capitalizados: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os encargos financeiros de certos contratos de empréstimos e financiamentos relacionados à atividade de investimento eram capitalizados com base na média dos valores de obras em andamento e depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorridos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os encargos financeiros de certos contratos de empréstimos devem ser capitalizados para todos os ativos qualificáveis a partir de 1º de janeiro de 2009 de forma prospectiva. Após análise efetuada pela Companhia e controlada, concluiu-se que o período de maturação de suas obras não é significativo e que tais encargos não devem ser capitalizados. Em 2009 não houve ativos considerados qualificáveis, portanto, quaisquer custos de empréstimos capitalizados em 2009 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 foram revertidos pela adoção inicial de IFRS/CPC.

f) Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis. Para atender o disposto no IAS 27R/CPCs 35 e 36, todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores, passaram a ser tratadas como transações patrimoniais, com todos os efeitos registrados no patrimônio líquido, quando não houver alteração no controle acionário.

Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados. O ágio previamente gerado nas aquisições de acionistas não controladores, incluindo despesas capitalizadas no processo, foi eliminado contra o patrimônio líquido da Companhia (nota 23).

g) Ativo diferido: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, a Companhia e controlada mantiveram o saldo de gastos pré-operacionais, registrado como ativo diferido. Com a adoção do IFRS/CPC, a Companhia e controlada optaram por efetuar a baixa destes valores. Os devidos ajustes foram efetuados de forma retrospectiva, conforme requerido pelo IFRS 1/CPC 37.

h) Retecamento de receitas de transações multielementos: Para atender o disposto no IAS 18/CPC 30, os valores de minutos incluídos nas transações multielementos passaram a ser segregados e demonstrados no resultado operacional. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de minutos incluídos nas transações multielementos passaram a ser segregados e demonstrados no resultado operacional de forma prospectiva, conforme requerido pelo IFRS 1/CPC 37.

i) Reserva de doações e subvenções: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores dos equipamentos de rede doados por fornecedores eram apropriados diretamente em conta específica de reserva, no patrimônio líquido. Após análises da Companhia e controlada, e com o intuito de adequar suas práticas contábeis às melhores práticas internacionais, estes valores foram transferidos para o grupo de "Receitas Diferidas" e estão sendo amortizados para o resultado com base na vida útil dos equipamentos em serviço. Os devidos ajustes foram efetuados de forma retrospectiva, conforme requerido pelo IFRS 1/CPC 37.

j) Dividendos complementares propostos: Pela legislação societária brasileira, as companhias poderiam efetuar o reconhecimento dos dividendos complementares ao mínimo obrigatório na data de encerramento do exercício com base na proposta para a destinação do lucro líquido do exercício. Para atender o disposto no IAS 10/CPC 24/IFRS 5, o reconhecimento dos dividendos complementares passou a ser efetuado no momento de sua aprovação por órgãos competentes. Desta forma, a Companhia e controlada reverteram o passivo relativo aos dividendos complementares que haviam sido registrados em 31 de dezembro de 2009 e ainda não aprovados em Assembleia Geral Ordinária naquela data e mantiveram tais valores destacados no patrimônio líquido em conta de reserva de dividendos. Os referidos dividendos complementares a receber de controlada e a pagar a seus acionistas foram aprovados para pagamento por Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 31 de março e 16 de abril de 2010, respectivamente. Neste momento foi revertida a reserva de dividendos e constituído o passivo.

k) Participação de acionistas não controladores: Refere-se aos efeitos na participação de acionistas não controladores nos ajustes efetuados pela Companhia, provenientes da adoção do IFRS/CPC.

l) Patrimônio líquido: Refere-se aos efeitos na participação de acionistas controladores nos ajustes efetuados pela Companhia, provenientes da adoção do IFRS/CPC.

m) Divulgação das receitas e custos de *swap* de infraestrutura: Conforme requerido no CPC 30, os valores das receitas e custos referentes a contratos que contemplam disponibilização mútua, entre operadores distintas, de ativos de infraestrutura de rede com as mesmas características técnicas, preços, condições contratuais e naturezas de uso semelhantes, passaram a ser divulgados de forma líquida nas receitas e custos. Os devidos ajustes foram efetuados de forma prospectiva, conforme requerido no IFRS 1/CPC 37 (notas 25 e 28).

n) *Roaming*: Os valores referentes ao faturamento e repasse do *roaming* nacional e internacional, que anteriormente eram apropriados no passivo circulante, passaram a ser considerados como receitas e custos de acordo com a competência, conforme a definição de agente e principal descrita no IAS 18/CPC 30. Os devidos ajustes foram efetuados de forma prospectiva, conforme requerido no IAS 18/CPC 30.

o) Equivalência patrimonial: Refere-se aos efeitos de equivalência patrimonial (investimentos) na controladora, decorrentes dos ajustes de adoção do IFRS/CPC.

p) Ágio na incorporação da TCO IP S.A.: na incorporação da TCO IP S.A., pela Telemig e Telemig Participações, e consequente reestruturação societária, houve a geração de benefícios fiscais nos montantes de R\$45.524 e R\$504.958, respectivamente, que resultou na caracterização de parte do ágio anteriormente registrado como tributos diferidos no ativo circulante e não circulante. Com a adoção do IFRS 27R /CPCs 35 e 36, todos os efeitos desta operação foram revertidos. Desta forma, o ágio inicial desta operação foi totalmente alocado como ativo intangível.

q) **Reclassificações no balanço patrimonial:** Em decorrência da adoção inicial do IFRS e CPCs, descritos anteriormente, e, no intuito de adequar suas práticas contábeis às melhores práticas internacionais, a Companhia e controlada efetuaram algumas reclassificações no balanço patrimonial, conforme descritas a seguir:

• **Aplicações financeiras em garantia:** foram reclassificadas do ativo circulante para o não circulante;

• **Investimentos:** foram reclassificados dos valores de outros investimentos para "Outros ativos" não circulantes;

• **Planos de benefícios pós emprego:** foram reclassificados os valores de "Outras obrigações" para "Provisões";

• **Tributos a recuperar:** foram reclassificados entre ativo circulante, não circulante e impostos, taxas e contribuições a pagar, os valores de tributos pagos/retidos antecipadamente;

• **Provisão para contingências e provisão para desmobilização de ativos:** foram reclassificadas de "Provisões para contingências" e "Outras obrigações" para "Provisões";

• **Notas Promissórias:** foram reclassificadas de "Empréstimos e financiamentos" para "Debêntures e Notas Promissórias"; e

• **Programa de fidelidade:** foi reclassificado de "Outras obrigações" para "Receitas Diferidas".

r) **Reclassificações na demonstração de resultados:** Em decorrência da adoção inicial do IFRS e CPCs, descritos anteriormente, e, no intuito de adequar suas práticas contábeis às melhores práticas internacionais, a Companhia e controlada efetuaram algumas reclassificações em suas demonstrações de resultados, conforme descritas a seguir:

• **Despesas e reversões do programa de fidelidade:** foram reclassificados dos grupos de "Despesas com Vendas" e "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" para o grupo de "Receitas brutas de serviços de telecomunicações";

• **Valores de recuperação de despesas e custos com manutenção de rede e outras despesas:** foram reclassificadas do grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" para os grupos de "Custo dos serviços prestados", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas";

• **Recuperação de créditos com tributos sobre aquisição de mercadorias:** foram reclassificados do grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" para o grupo de "Custo de mercadorias vendidas";

• **Reversões bancárias de pré-pagos:** foram reclassificados de "Despesas gerais e administrativas" para o grupo de "Despesas com vendas"; e

• **Outros valores:** registrados como "Despesas recuperadas" foram reclassificados para as suas linhas de origem, conforme informados nos quadros das demonstrações de resultados nesta nota.

Os ajustes provenientes da adoção inicial dos CPCs na controladora e IFRS no consolidado não geraram impactos significativos na demonstração de fluxo de caixa.

Para facilitar o entendimento e identificação dos montantes envolvidos em cada ajuste ou reclassificação, apresentamos a seguir os quadros com os respectivos detalhes em 1 de janeiro e em 31 de dezembro de 2009, para a controladora e o consolidado.

Balancos Patrimoniais Controladora

Ativo	Ajustes e reclassificações	Em 31 de dezembro de 2009		Em 1 de janeiro de 2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos diferidos e a recuperar		(996.218)	(386.159)	(144.185)	(43.228)
Reclassificação - Ativo circulante para não circulante		(80.885)	(347.201)	(18.346)	18.346
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos diferidos e antecipados	3.2a)	-	-	(741)	741
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	(425.662)	-	-
Depósitos e bloqueios judiciais		1.072	5.927	566	5.342
Reclassificação entre ativos e passivos - Provisões	3.2c)	19	341	20	292
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	1.053	5.586	546	5.050
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(915.352)	-	(125.859)	-
Ajuste - Dividendos complementares propostos	3.2j)	(915.352)	-	(125.859)	-
Outros ativos		(1.053)	(5.482)	(546)	(4.946)
Reclassificação - Depósitos e bloqueios judiciais	3.2a)	(1.053)	(5.586)	(546)	(5.050)
Reclassificação - Investimentos	3.2a)	-	104	-	104
Investimentos		-	715.788	-	(61.970)
Ajuste - Equivalência patrimonial	3.2o)	-	715.892	-	(61.866)
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	-	(104)	-	(104)
Intangível, líquido		-	(755.191)	-	-
Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores	3.2f)	-	(1.258.134)	-	-
Reversão de despesas capitalizadas na aquisição de investimentos	3.2f)	-	(2.015)	-	-
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	504.958	-	-

Controladora

Passivo	Ajustes e reclassificações	Em 31 de dezembro de 2009		Em 1 de janeiro de 2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos, taxas e contribuições		-	76.872	-	-
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	79.296	-	-
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos diferidos e antecipados	3.2a)	-	-	(2.424)	17.605
Depósitos e bloqueios judiciais		1.072	5.927	566	5.342
Reclassificação entre ativos e passivos - Provisões	3.2c)	19	341	20	292
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	1.053	5.586	546	5.050
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(915.352)	-	(125.859)	-
Ajuste - Dividendos complementares propostos	3.2j)	(915.352)	-	(125.859)	-
Outros ativos		(1.053)	(5.482)	(546)	(4.946)
Reclassificação - Depósitos e bloqueios judiciais	3.2a)	(1.053)	(5.586)	(546)	(5.050)
Reclassificação - Investimentos	3.2a)	-	104	-	104
Investimentos		-	715.788	-	(61.970)
Ajuste - Equivalência patrimonial	3.2o)	-	715.892	-	(61.866)
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	-	(104)	-	(104)
Intangível, líquido		-	(755.191)	-	-
Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores	3.2f)	-	(1.258.134)	-	-
Reversão de despesas capitalizadas na aquisição de investimentos	3.2f)	-	(2.015)	-	-
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	504.958	-	-

Controladora

Passivo	Ajustes e reclassificações	Em 31 de dezembro de 2009		Em 1 de janeiro de 2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos, taxas e contribuições		-	76.872	-	-
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	79.296	-	-
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos diferidos e antecipados	3.2a)	-	-	(2.424)	17.605
Depósitos e bloqueios judiciais		1.072	5.927	566	5.342
Reclassificação entre ativos e passivos - Provisões	3.2c)	19	341	20	292
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	1.053	5.586	546	5.050
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(915.352)	-	(125.859)	-
Ajuste - Dividendos complementares propostos	3.2j)	(915.352)	-	(125.859)	-
Outros ativos		(1.053)	(5.482)	(546)	(4.946)
Reclassificação - Depósitos e bloqueios judiciais	3.2a)	(1.053)	(5.586)	(546)	(5.050)
Reclassificação - Investimentos	3.2a)	-	104	-	104
Investimentos		-	715.788	-	(61.970)
Ajuste - Equivalência patrimonial	3.2o)	-	715.892	-	(61.866)
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	-	(104)	-	(104)
Intangível, líquido		-	(755.191)	-	-
Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores	3.2f)	-	(1.258.134)	-	-
Reversão de despesas capitalizadas na aquisição de investimentos	3.2f)	-	(2.015)	-	-
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	504.958	-	-

Controladora

Passivo	Ajustes e reclassificações	Em 31 de dezembro de 2009		Em 1 de janeiro de 2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos, taxas e contribuições		-	76.872	-	-
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	79.296	-	-
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos diferidos e antecipados	3.2a)	-	-	(2.424)	17.605
Depósitos e bloqueios judiciais		1.072	5.927	566	5.342
Reclassificação entre ativos e passivos - Provisões	3.2c)	19	341	20	292
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	1.053	5.586	546	5.050
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(915.352)	-	(125.859)	-
Ajuste - Dividendos complementares propostos	3.2j)	(915.352)	-	(125.859)	-
Outros ativos		(1.053)	(5.482)	(546)	(4.946)
Reclassificação - Depósitos e bloqueios judiciais	3.2a)	(1.053)	(5.586)	(546)	(5.050)
Reclassificação - Investimentos	3.2a)	-	104	-	104
Investimentos		-	715.788	-	(61.970)
Ajuste - Equivalência patrimonial	3.2o)	-	715.892	-	(61.866)
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	-	(104)	-	(104)
Intangível, líquido		-	(755.191)	-	-
Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores	3.2f)	-	(1.258.134)	-	-
Reversão de despesas capitalizadas na aquisição de investimentos	3.2f)	-	(2.015)	-	-
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	504.958	-	-

Controladora

Passivo	Ajustes e reclassificações	Em 31 de dezembro de 2009		Em 1 de janeiro de 2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos, taxas e contribuições		-	76.872	-	-
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	79.296	-	-
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos diferidos e antecipados	3.2a)	-	-	(2.424)	17.605
Depósitos e bloqueios judiciais		1.072	5.927	566	5.342
Reclassificação entre ativos e passivos - Provisões	3.2c)	19	341	20	292
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	1.053	5.586	546	5.050
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(915.352)	-	(125.859)	-
Ajuste - Dividendos complementares propostos	3.2j)	(915.352)	-	(125.859)	-
Outros ativos		(1.053)	(5.482)	(546)	(4.946)
Reclassificação - Depósitos e bloqueios judiciais	3.2a)	(1.053)	(5.586)	(546)	(5.050)
Reclassificação - Investimentos	3.2a)	-	104	-	104
Investimentos		-	715.788	-	(61.970)
Ajuste - Equivalência patrimonial	3.2o)	-	715.892	-	(61.866)
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	-	(104)	-	(104)
Intangível, líquido		-	(755.191)	-	-
Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores	3.2f)	-	(1.258.134)	-	-
Reversão de despesas capitalizadas na aquisição de investimentos	3.2f)	-	(2.015)	-	-
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	504.958	-	-

Controladora

Passivo	Ajustes e reclassificações	Em 31 de dezembro de 2009		Em 1 de janeiro de 2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos, taxas e contribuições		-	76.872	-	-
Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	3.2p)	-	79.296	-	-
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos diferidos e antecipados	3.2a)	-	-	(2.424)	17.605
Depósitos e bloqueios judiciais		1.072	5.927	566	5.342
Reclassificação entre ativos e passivos - Provisões	3.2c)	19	341	20	292
Reclassificação - Outros ativos	3.2a)	1.053	5.586	546	5.050
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(915.352)	-	(125.859)	-
Ajuste - Dividendos complementares propostos	3.2j)	(915.352)	-	(125.859)	-
Outros ativos		(1.053)	(5.482)	(546)	(4.946)
Reclassificação - Depósitos e bloqueios judiciais	3.2a)	(1.053)	(5.586)	(546)	(5.050)
Reclassificação - Investimentos	3.2a)	-			



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado	Nota	Balanco patrimonial divulgado em	Ajustes	Reclassificações	Balanco patrimonial em 31.12.09
		em 31.12.09	IRFs		reapresentado
PASSIVO					
Circulante					
Pessoal, encargos e benefícios sociais		161.366	-	-	161.366
Fornecedores e contas a pagar		3.053.587	-	-	3.053.587
Impostos, taxas e contribuições	3.2a) e 3.2c)	892.893	(1.598)	62.060	953.355
Empréstimos e financiamentos		688.397	-	-	688.397
Debêntures e notas promissórias		266.256	-	-	266.256
Juros sobre o capital próprio e dividendos	3.2j)	934.358	(611.925)	-	322.433
Provisões para contingências	3.2a)	70.396	-	(70.396)	-
Provisões	3.2c) e 3.2a)	-	-	134.181	134.181
Operações com derivativos		30.970	-	-	30.970
Receitas diferidas	3.2h) e 3.2a)	-	6.086	584.234	590.320
Outras obrigações	3.2a)	834.824	-	(584.234)	250.590
Total do passivo circulante		6.933.047	(607.437)	125.845	6.451.455
Não circulante					
Impostos, taxas e contribuições	3.2a), 3.2p) e 3.2a)	317.063	9.358	409.713	736.134
Empréstimos e financiamentos		2.306.632	-	-	2.306.632
Debêntures e notas promissórias		1.863.209	-	-	1.863.209
Provisões para contingências	3.2a)	98.409	-	(98.409)	-
Provisões	3.2c) e 3.2a)	-	-	315.872	315.872
Operações com derivativos		131.418	-	-	131.418
Receitas diferidas	3.2i) e 3.2a)	-	28.450	5.938	34.388
Outras obrigações	3.2d) e 3.2a)	176.527	2.478	(177.848)	1.157
Total do passivo não circulante		4.893.258	40.286	455.266	5.388.810
Patrimônio líquido	3.2i)	10.190.824	(847.684)	-	9.343.140
Total do passivo e do patrimônio líquido		22.017.129	(1.414.835)	581.111	21.183.405

Reconciliação das demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2009 - Exercício Comparativo	Controladora	Demonstração de resultados divulgada	Ajustes CPCs	Reclassificações	Demonstração de resultados reapresentada
Nota	em 31.12.09				em 31.12.09
Despesas gerais e administrativas	3.2f) e 3.2r)	(17.974)	(2.898)	1.404	(19.468)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.2f) e 3.2r)	3.488	(2.015)	(1.404)	69
Equivalência patrimonial	3.2o)	1.113.717	(15.740)	-	1.097.977
Lucro antes das despesas financeiras, líquidas		1.099.231	(20.653)	-	1.078.578
Despesas financeiras, líquidas		(219.591)	-	-	(219.591)
Lucro antes dos tributos e contribuição social		885.640	(20.653)	-	864.987
Imposto de renda		(14.246)	-	-	(14.246)
Lucro líquido do exercício		871.394	(20.653)	-	850.741

Consolidado	Nota	Demonstração de resultados divulgada	Ajustes IFRS	Reclassificações	Demonstração de resultados reapresentada
		em 31.12.09			em 31.12.09
Serviços de telecomunicações	3.2h), 3.2n) e 3.2r)	19.939.437	259.233	120.782	20.319.542
Vendas de mercadorias	3.2h)	2.932.237	(183.885)	-	2.748.352
Receita operacional bruta		22.871.674	75.438	120.782	23.067.894
Deduções da receita bruta	3.2h) e 3.2r)	(6.508.488)	92	77.596	(6.430.800)
Receita operacional líquida		16.363.186	75.530	198.378	16.637.094
Custo dos serviços prestados	3.2b), 3.2e), 3.2m), 3.2n) e 3.2r)	(6.940.569)	(70.766)	(97.939)	(7.069.274)
Lucro antes dos tributos e contribuição social		(2.011.001)	4.764	9.251	(2.001.750)
Lucro bruto		7.411.616	4.764	149.690	7.566.070
Despesas com vendas	3.2r)	(4.357.422)	-	(22.936)	(4.380.358)
Despesas gerais e administrativas	3.2f) e 3.2r)	(1.334.190)	(2.898)	(62.293)	(1.290.755)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.2d), 3.2f), 3.2g), 3.2i), 3.2m) e 3.2r)	240.812	32.967	(173.047)	100.732
Lucro antes das despesas financeiras, líquidas		1.960.816	34.833	-	1.995.649
Despesas financeiras, líquidas	3.2e)	(467.229)	(39.813)	-	(507.042)
Lucro antes dos tributos e contribuição social		1.473.587	(4.980)	-	1.468.607
Imposto de renda e contribuição social	3.2a)	(590.453)	22	-	(590.431)
Participação de acionistas não controladores	3.2k)	(25.648)	(1.787)	27.435	-
Lucro líquido do exercício		857.486	(6.745)	27.435	878.176

Reconciliação do patrimônio líquido em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2009	Controladora	Nota	31.12.09	01.01.09
Patrimônio líquido antes dos efeitos das aplicações dos CPCs			10.190.824	8.267.527
Efeitos dos ajustes que transitaram por resultado				
Despesas capitalizadas na aquisição de investimentos	3.2f)	(2.898)	-	-
Ágio gerado em aumento de capital com reservas	3.2f)	(2.015)	-	-
Equivalência patrimonial	3.2o)	(15.740)	-	-
Total			(20.653)	-
Efeitos dos ajustes que não transitaram por resultado				
Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores	3.2f)	(1.255.236)	-	-
Dividendos complementares propostos	3.2j)	611.925	265.685	-
Equivalência patrimonial	3.2o)	(183.720)	(187.725)	-
Total			77.960	-
Patrimônio líquido após os efeitos das aplicações dos CPCs			9.343.140	8.345.487

Consolidado	Nota	31.12.09	01.01.09
Patrimônio líquido antes dos efeitos das aplicações dos ajustes IFRS		10.190.824	8.267.527
Efeitos dos ajustes que transitaram por resultado			
Taxa Fistel	3.2b)	(4.297)	-
Planos de benefícios pós emprego	3.2d)	10.707	-
Encargos financeiros capitalizados	3.2e)	(36.605)	-
Despesas capitalizadas na aquisição de investimentos	3.2f)	(4.913)	-
Reversão do ativo diferido	3.2g)	25.529	-
Multielementos	3.2h)	(259)	-
Doações de equipamentos de rede	3.2i)	4.768	-
Imposto de renda e contribuição social	3.2a)	22	-
Participação de acionistas não controladores	3.2k)	(1.787)	-
Total		(6.745)	-
Efeitos dos ajustes que não transitaram por resultado			
Taxa Fistel	3.2b)	(199.851)	(199.851)
Planos de benefícios pós emprego	3.2d)	(9.454)	69
Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores	3.2f)	(1.258.853)	-
Reversão do ativo diferido	3.2g)	(55.393)	(55.393)
Multielementos	3.2h)	(4.229)	(4.229)
Doações de equipamentos de rede	3.2i)	(33.218)	(33.218)
Dividendos complementares propostos	3.2j)	611.925	362.851
Imposto de renda e contribuição social	3.2a)	102.728	99.491
Participação de acionistas não controladores	3.2k)	5.406	587.804
Total		(840.939)	757.524
Patrimônio líquido após os efeitos das aplicações dos ajustes IFRS		9.343.140	9.025.051

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.09
Caixa e bancos	4.109	76
Aplicações financeiras	325.114	257.035
Total	329.223	257.111

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.09
Valores a receber de serviços faturados	99.404	1.149.659
Valores a receber de interconexão	105.515	877.360
Valores a receber de serviços a vender	69.057	647.374
Valores a receber de mercadorias faturadas	35.705	369.009
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(28.332)	(221.930)
Total	283.349	2.821.472

6. ESTOQUES	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.09
A futuro	69.057	647.374
A vender	170.348	1.767.697
Contas vencidas - 1 a 30 dias	22.394	194.164
Contas vencidas - 31 a 60 dias	6.411	75.465
Contas vencidas - 61 a 90 dias	5.089	52.920
Contas vencidas - 91 a 180 dias	3.028	26.261
Contas vencidas - 181 a 360 dias	7.022	57.591
Contas vencidas - mais de 360 dias	-	-
Total	283.349	2.821.472

7. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.09
Depósitos judiciais	617.305	5.042
Tributários	1.885	419
Trabalhistas	4.255	301
Total	623.445	5.993

8. OUTROS ATIVOS	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.09
Aparelhos celulares	18.150	276.044
Simcard (chip)	2.656	28.077
Accessórios e outros	360	4.415
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(1.051)	(20.624)
Total	20.115	287.912

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários consolidados:

- **PIS e COFINS**
A Companhia e controlada estão envolvidas em créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (DCTFs); e iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.
- **CIDE**
Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$64.212 (R\$36.073 em 31 de dezembro de 2009). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de contingências (nota 20).
- **IRPF**
A Companhia e controlada têm questionamentos administrativos e judiciais, visando afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$99.129 (R\$63.695 em 31 de dezembro de 2009). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão registrados como impostos, taxas e contribuições (nota 16).
- **Telemig** (empresa incorporada em 1 de junho de 2010) impetrou mandado de segurança questionando a responsabilidade pelo pagamento das taxas de fiscalização sobre as estações móveis que não são da titularidade da Telemig, passando a provisionar e depositar judicialmente os valores referentes à TFF e IFL. A ação encontra-se aguardando decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$566.912 (R\$416.625 em 31 de dezembro de 2009). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão registrados como impostos, taxas e contribuições (nota 16).
- **IRREFF**
A Telemig Participações (empresa incorporada em 13 de novembro de 2009) impetrou mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não sofrer a retenção de IRRF sobre os recebimentos de juros sobre o capital próprio de sua controlada. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$22.944 (R\$21.445 em 31 de dezembro de 2009). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão registrados como impostos, taxas e contribuições (nota 16).
- **IRPJ**
A Vivo está envolvida em outras discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: i) IRPF incidente sobre rendimento com aluguel e royalties, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa; ii) débitos referentes a compensações de pagamentos a maior de IRPJ e CSLL não homologadas pela Receita Federal e débito de multa de mora exigida em decorrência de pagamento extemporâneo do IRRF efetuado espontaneamente; e iii) obtenção de certidão negativa de débito (CND), para fins de nomear os referidos débitos como ônus à obtenção de certidões com efeitos negativos da Vivo e retirar sua afetação do cadastro inscricível dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADINF). Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$9.759 (R\$5.797 em 31 de dezembro de 2009). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de contingências (nota 20).
- **IRPJ**
A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: i) renovação da certidão com efeitos negativos requerendo autorização para realização do depósito integral do valor atualizado dos débitos; ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento - débitos no sistema integrado de informações econômico-fiscais (SIEF); e iii) denúncia espontânea. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$1.138 (R\$2.671 em 31 de dezembro de 2009). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de contingências (nota 20).
- **Contribuição à EBC**
O Sinditeleg Brasil - Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal é brasileiro com mandato de segurança para discutir a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC (Empresa Brasil de Comunicação), criada pela Lei nº 11.652/08. A Vivo e a Telemig (empresa incorporada em 1 de junho de 2010), como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição, que totalizavam R\$151.086 e R\$15.928, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010 (R\$55.153 e R\$56.604 em 31 de dezembro de 2009). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de contingências (nota 20).
- **ICMS**
A Companhia e controlada estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: i) identificação espontânea; ii) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e iii) cartões para ativação para o serviço pré-pago. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$29.459 (R\$17.106 em 31 de dezembro de 2009). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão registrados como impostos, taxas e contribuições (nota 16) e informados na nota de contingências (nota 20).
- **Outros impostos, taxas e contribuições**
Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e controlada possuíam depósitos judiciais que totalizavam R\$17.731 (R\$24.372 em 31 de dezembro de 2009), relativos à discussão de: i) ISS incidente sobre recibos decorrentes de substituição de número, troca de aparelho, conta detalhada, escolha de número específico, transferência de contato, caixa postal, bloqueio a pedido e sobre habilitação de celular; ii) contribuições sociais referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadores de serviços contratados mediante cessaçao de mão de obra; iii) IPI; e iv) PNUM (Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Nomenclatura) pela ANATEL. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de contingências (nota 20).

8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.09
8.1 - Tributos a recuperar		
Contribuição social e imposto de renda antecipados	718.596	709.838
ICMS a recuperar	63.386	199
PIS e COFINS a recuperar	38.049	21.423
Imposto de renda retido na fonte	4.168	6.495
Outros a recuperar	2.330	270
ICMS a apropriar	32.649	334.756
Total	859.178	738.225
Circulante	103.957	8.656
Não circulante	755.221	729.569

8.2 - Tributos diferidos	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.09
Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:		
Prejuízo fiscal e base negativa de ICMS a recuperar	140.317	30
Prejuízo fiscal incorporado - reestruturação (b)	(15.061)	-
Créditos tributários sobre provisões temporárias: (c)	16.823	174
Provisão para demandas judiciais e administrativas e obrigações legais	140.317	30
Depreciação antecipada	(15.061)	-
Fornecedores	16.823	174
Provisão para desmobilização e perdas no ativo imobilizado	19.088	-
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	8.299	-
Provisão para programa de fidelização	1.283	-
ICMS a apropriar	718	-
Participação de empregados em resultados	3.651	-
Provisão para redução ao valor recuperável de estoques	357	-
Ajustes IFRS/CPCs (nota 2)	1.011	-
Efeitos dos ajustes operacionais nas incorporações da Telemig e Telemig Participações pela TICU IP S.A. (nota 3.2p)	(172.463)	-
Total	22.006	954

8.3 - Tributos diferidos	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.09
Os tributos diferidos		



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Table with 5 columns: Saldo em 01.01.09, Vivo, Participações, Telemig, Total. Rows include Dividendos complementares, Aumento de capital, Incentivos fiscais, Equivalência patrimonial no lucro líquido das controladas, etc.

Table with 5 columns: Saldo em 01.01.09, Vivo, Participações, Telemig, Total. Rows include Aumento de capital com reserva especial de ágio, Incorporação da Telemig Participações, Saldo em 31.12.09, etc.

Table with 8 columns: Equipamentos de transmissão, Infraestrutura, Equipamentos de comutação, Equipamentos terminais, Prédios, Terrenos, Outros ativos imobilizados, Imobilizado em andamento, Total. Rows include Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Depreciação, etc.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Table with 6 columns: Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 01.01.09. Rows include Honorários e salários a pagar, Encargos sociais, Benefícios sociais, Outras indenizações.

15. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Table with 6 columns: Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 01.01.09. Rows include Fornecedores, Vencimentos a receber (LTI)*, Interconexão/Inteligência, CIDE (e) e outros.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Table with 6 columns: Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 01.01.09. Rows include ICMS (a) e (b), Imposto de renda e contribuição social, CIDE e COFINS, PIS e Cofins, etc.

(a) Parcela do não circulante, inclui o valor de R\$347.162 em 31 de dezembro de 2009 referente ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, e relativo à postergação do pagamento de ICMS. Este convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorre sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Índice Nacional de Correção Anual (ICA).

(b) Inclui os valores do mandato de segurança que a Telemig (empresa incorporada em 1 de junho de 2010) impetrou, questionando a responsabilidade pelo pagamento das taxas de fiscalização sobre as estâncias móveis que não são de sua titularidade, passando a provisionar e depositar judicialmente os valores referentes à TFF e à TFI. A ação encontra-se aguardando decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. No entendimento de seus consultores jurídicos, as chances de perda desses processos são possíveis. Apesar de ser uma causa cuja probabilidade de perda é possível, a Companhia manteve a provisão por entender tratar-se de uma obrigação legal, tendo efetuado depósitos judiciais nos mesmos montantes, que totalizavam R\$566.912 em 31 de dezembro de 2009.

(c) Inclui os valores que a Telemig Participações (empresa incorporada em 13 de novembro de 2009), impetrou mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não sofrer a retenção de IRRF sobre os recebimentos de juros sobre o capital próprio de sua controlada (Telemig Celular, empresa incorporada em 1 de junho de 2010). Com base na opinião dos consultores jurídicos, os referidos processos estão classificados com risco possível. Apesar de ser uma causa cuja probabilidade de perda é possível, a Companhia manteve a provisão por entender tratar-se de uma obrigação legal, tendo efetuado depósitos judiciais nos mesmos montantes, que totalizavam R\$59.129 (R\$63.695 em 31 de dezembro de 2009), nota 7.

(d) Inclui valores que, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e controlada contabilizaram no montante de R\$12.072 (R\$11.155 em 31 de dezembro de 2009), composto pelos valores relativos às discussões de: (i) ISS sobre serviços de locação de bens móveis, atividades-meio e serviços suplementares; (ii) IRPJ sobre operações com derivativos; (iii) INSS; (iv) ICMS; e (v) PIS e COFINS.

17. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS
A seguir, demonstramos os saldos a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio.

11. INVESTIMENTOS

Table with 10 columns: Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 01.01.09. Rows include Ativo total em 31.12.10, Ativo total em 31.12.09, Ativo total em 01.01.09, etc.

Quantidade de ações detidas (em milhares): Ordinárias, Preferenciais, Total. Composição: Investimentos em controladas, Investimentos para futuro aumento de capital, Total.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

12.a) Composição e Movimentação

Table with 8 columns: Equipamentos de transmissão, Infraestrutura, Equipamentos de comutação, Equipamentos terminais, Prédios, Terrenos, Outros ativos imobilizados, Imobilizado em andamento, Total. Rows include Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Depreciação, etc.

Table with 8 columns: Equipamentos de transmissão, Infraestrutura, Equipamentos de comutação, Equipamentos terminais, Prédios, Terrenos, Outros ativos imobilizados, Imobilizado em andamento, Total. Rows include Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Depreciação, etc.

(*) As adições dos custos e despesas de depreciação estão apresentadas nas linhas de "Depreciação" nas notas 25, 26 e 27.

(**) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota 13a).

O ativo imobilizado está sujeito a teste de recuperabilidade quando há indicativo de potencial perda de valor operacional mencionado na nota 2.21.

12.b) Taxas de depreciação
Em conformidade com os IAS 16, IFRS 1, CPC 27 e ICP 10, a Companhia e controlada realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados, por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos realizados por empresa especializada não indicaram necessidade de mudanças relevantes na vida útil dos ativos que pudessem causar impactos significativos no total do ativo imobilizado líquido e na despesa anual de depreciação.

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear a taxa anual conforme abaixo:

Table with 3 columns: 2010, 2009, Equipamentos de transmissão, Infraestrutura, Equipamentos de comutação, Equipamentos terminais, Prédios, Terrenos, Outros ativos imobilizados.

12.c) Bens do imobilizado em garantia
Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e controlada possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais no montante de R\$66.194 (R\$83.534 em 31 de dezembro de 2009).

13. INTANGÍVEL, LÍQUIDO

13.a) Composição e Movimentação

Table with 7 columns: Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 01.01.09. Rows include Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Amortização, Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 01.01.09.

Table with 7 columns: Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 01.01.09. Rows include Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Amortização, Saldo em 01.01.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 31.12.09, Saldo em 01.01.09.

(*) Ágio é decorrente da diferença entre o valor de aquisição e o valor justo do patrimônio líquido das empresas adquiridas, ajustado nas datas de aquisição, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura. Atualmente, estas montantes são testados por fins de recuperação do ativo. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não houve a necessidade de reconhecimento de provisões para perdas ao valor recuperável do ágio.

(**) As adições dos custos e despesas de amortização estão apresentadas na linha de "Amortização" nas notas 25, 26, e 27.

(***) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota 12a).

A Companhia e controlada realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos intangíveis por vida útil definida, por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos realizados por empresa especializada não indicaram necessidade de mudanças relevantes na vida útil dos ativos que pudessem causar impactos significativos no total do ativo imobilizado líquido e na despesa anual de depreciação.

O ativo intangível com vida útil definida está sujeito a teste de recuperabilidade quando há indicativo de potencial perda de valor conforme mencionado na nota 2.21. Os demais intangíveis estão sujeitos a teste de recuperabilidade anual.

13.b) Taxas de amortização
As taxas anuais de amortização (%) praticadas para os exercícios de 2010 e 2009 foram como segue:

Table with 3 columns: 2010, 2009, Direito de uso de software, Licença de autorização, Fundo de comércio, Outros ativos intangíveis.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas, estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamento".

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Table with 6 columns: Descrição, Moeda, Encargos, Vencimento, Saldo em 31.12.10, Saldo em 31.12.09, 01.01.09. Rows include Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco Europeu de Investimentos - BEI, Banco do Nordeste do Brasil - BNBB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PSI, Resolução 2770, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Financiamento Licenças BV - ANATEL, Comissão 36/A, Capital de giro, Resolução 2770, Resolução 2770, Outros, Total, Circulante, Não circulante.

(*) URTJLP - Unidade de referência da taxa de juros de longo prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.

(**) UMBND - Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.

a.1.1) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

FINEM - Financiamentos a Emprendimentos - Contrato 1 - (UMBND e URTJLP)
Em junho de 2004, a Companhia contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R\$110.370. Os recursos liberados foram destinados a expansão da infraestrutura para a prestação de serviço móvel nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e, em 31 de dezembro de 2010 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de julho 2006, após um período de dois anos de carência. FINEM - Financiamentos a Emprendimentos - Contrato 2 - (UMBND)

Em agosto de 2007, a Companhia contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R\$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e, em 31 de dezembro de 2010 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.

Programa de Sustentação do Investimento - PSI
Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no valor de R\$319.927 utilizado para a aquisição de equipamentos nacionais em projetos de ampliação da capacidade de rede, previamente cadastrados (financiados) junto ao BNDES, e liberados conforme a realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2010 foram liberados R\$171.673.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadrá-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foram efetuadas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre: i) o valor total da operação calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou até 31 de dezembro de 2010 em R\$33.939. Este montante foi registrado no grupo de "Subvenções Governamentais", e está sendo diferido de acordo com a vida útil do ativo financiado em contrapartida ao grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

a.1.2) Banco Europeu de Investimentos - BEI

Contrato Único
Foi contratada uma linha de financiamento com o BEI no valor EUR250 milhões (equivalente na contratação à USD365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de swap atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - Contrato 1

Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - Contrato 2

Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

a.2) Debêntures e Notas Promissórias

Table with 6 columns: Descrição, Moeda, Encargos, Vencimento, Saldo em 31.12.10, Saldo em 31.12.09, 01.01.09. Rows include Debêntures (2ª emissão) - Série 1 e 2, Debêntures (3ª emissão) - Série Única, Debêntures (4ª emissão) - Série 1 e 2, Debêntures (4ª emissão) - Série 3, Debêntures (1ª emissão) - Telemig, Custos de Emissões, Total, Circulante, Não circulante.

Table with 6 columns: Descrição, Moeda, Encargos, Vencimento, Saldo em 31.12.10, Saldo em 31.12.09, 01.01.09. Rows include Debêntures (2ª emissão) - Série 1 e 2, Debêntures (3ª emissão) - Série Única, Debêntures (4ª emissão) - Série 1 e 2, Debêntures (4ª emissão) - Série 3, Debêntures (1ª emissão) - Telemig, Notas Seniores sem Garantia, Notas Promissórias, Custos de Emissões, Total, Circulante, Não circulante.

Captação pela Companhia 2ª Emissão

No âmbito do primeiro programa de distribuição de valores mobiliários no valor de R\$2 bilhões anunciado em 20 de agosto de 2004, a Companhia emitiu, em 1 de maio de 2005, debêntures relativas à 2ª emissão da Companhia, no valor de R\$1 bilhão, com prazo de duração de dez anos, contados da data de emissão em 1 de maio de 2005. Esta oferta consistiu na emissão em duas séries, sendo R\$200 milhões na primeira série e R\$800 milhões na segunda série com vencimento final em 4 de maio de 2015. As debêntures rendem juros, com pagamentos semestrais, após terem sido repatriadas, correspondentes a 120,00% (primeira série) e 106,00% (segunda série) da acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, extra grupo (taxas DI), calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP S.A.).

Regulamentação 1ª Série

Em maio de 2009 ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 2ª emissão da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, realizado em 30 de março de 2009. O novo período de vigência da remuneração é de 24 meses, a contar de 1º de maio de 2009, intervalo de tempo durante o qual permanecerá inalteradas as condições de remuneração ora definidas. Durante esse segundo período de vigência da remuneração, as debêntures da 1ª série da 2ª emissão da Companhia farão jus a uma remuneração de 120,00% da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada taxa DI over extra grupo, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 4.9 da "escritura de 2ª emissão" (vide nota 37).

2ª Série

Nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 25 de abril de 2005 e 13 de maio de 2005 foram aprovadas as características da 2ª série da 2ª emissão da Companhia. Em 3 de maio de 2010, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 2ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2010. O valor total repactuado foi de R\$340.230 e a Companhia registrou e cancelou as debêntures dissidentes no valor de R\$459.770. O novo período de vigência é de 24 meses, a contar de 1º de maio de 2010, intervalo de tempo durante o qual permanecerá inalteradas as condições de remuneração ora definidas. Durante esse segundo período de vigência da remuneração (até 1º de maio de 2012), as debêntures da Companhia farão jus a uma remuneração de 106,00% da taxa média dos depósitos interbancários de um dia, denominada taxa DI over extra grupo, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 4.9 da "escritura de 2ª emissão". Os pagamentos da remuneração das debêntures serão realizados nos dias 2 de maio de 2011, 1 de novembro de 2011 e 1 de maio de 2012.

3ª Emissão
Em 11 de Janeiro de 2010, foram liquidadas, pela Companhia, as debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie girográfrica, em série única, da 3ª emissão pública, perfazendo o total R\$20 milhões, com juros remuneratórios de 113,55% do depósito interfinanceiro no valor de R\$23 milhões.

4ª Emissão

No dia 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie girográfrica, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$30 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures em 1ª série, 640.000 em 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Companhia e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de "Bookbuilding".

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. (sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série. As repactuações de cada série estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 1ª série em 15 de outubro de 2012, 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Os recursos obtidos por meio da emissão de notas foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia e para reforço do seu capital de giro.

3ª Emissão
Em 11 de Janeiro de 2010, foram liquidadas, pela Companhia, as debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie girográfrica, em série única, da 3ª emissão pública, perfazendo o total R\$20 milhões, com juros remuneratórios de 113,55% do depósito interfinanceiro no valor de R\$23 milhões.

4ª Emissão
No dia 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie girográfrica, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$30 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures em 1ª série, 640.000 em 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Companhia e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de "Bookbuilding".

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. (sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série. As repactuações de cada série estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 1ª série em 15 de outubro de 2012, 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Os recursos obtidos por meio da emissão de notas foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia e para reforço do seu capital de giro.



Vivo Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73 - Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

contribuição; (l) IRPJ e CSL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (m) CIDE incidente sobre a remessa de valores em outros relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como royalties; (n) IRPJ/CSLL/PIS/COFINS devido a glosa de custos e despesas diversas; (o) COFINS deduções de perda com operações de swap; (p) PIS/COFINS - não inclusão do ICMS na base de cálculo, oriundo das reduções de prestações de serviços e das vendas de mercadorias; (q) PIS/COFINS - exigência das contribuições sobre receitas que ainda não se realizaram ou sobre faturamento que ainda não se efetivou (regime de competência e não de caixa); (r) PIS/COFINS - o direito ao aproveitamento de créditos inter-regimes; (s) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste), FINAN (Fundo de Investimentos da Amazônia) ou FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo); (t) compensações diversas; e (u) IRPF sobre pagamentos realizados a beneficiários no exterior de juros sobre capital próprio.

• Para a Companhia, os objetos das discussões são os seguintes: (a) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste), FINAN (Fundo de Investimentos da Amazônia) ou FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo); (b) compensações diversas; e (c) IRPF sobre pagamentos realizados a beneficiários no exterior de juros sobre capital próprio.

• Em 2 de julho de 2002, a Telemig (empresa incorporada em 1 de junho de 2010) sofreu atuação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) relativa à responsabilidade solidária pelo recolhimento da contribuição do INSS de prestadores de serviços e da retenção de 11% prevista na Lei nº 9.711/98. O valor total envolvido em 31 de dezembro de 2010 era de R\$37.274 (R\$35,329 em 31 de dezembro de 2009). Apesar de ser uma causa cuja probabilidade de perda é possível, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Telemig mantinha provisionado o montante de R\$3.547 para fazer face às eventuais perdas, decorrentes desta atuação, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos (nota 19). O processo encontra-se na esfera administrativa aguardando decisão.

b) Tributos Estaduais
A Vivo é parte em diversas discussões administrativas (decorrentes de autos de infração) e judiciais relacionadas ao ICMS, em todo o território nacional, perfazendo o montante de R\$74.894 em 31 de dezembro de 2010 (R\$624.254 em 31 de dezembro de 2009), cujos objetos são os seguintes: (a) substituição tributária com base de cálculo fiscal; (b) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (c) inclusão de multas de mora na base de cálculo do imposto; (d) falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (e) atividades-meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (f) créditos do imposto relativo à impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (g) saldas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (h) liquações internacionais (DDI); (i) cobrança diferida do ICMS-interconexão (DETRAF - Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços); (j) incidência de multa de mora em denúncia espontânea; (k) diferencial de alíquotas devido pela entrada de mercadorias destinadas a uso, consumo e ativo permanente, provenientes de outras unidades da federação ou do exterior; (l) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (m) adicional do imposto ao Fundo de Combate à Pobreza; (n) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (o) multas relativas a descumprimento de obrigações acessórias; (p) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (q) decumpra de débitos do imposto; (r) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços na mesma natureza; (s) estorno de crédito na habilitação de linha; (t) doação de cartões para ativação do serviço pré-pago; (u) imposto de depósito decorrente de operação de estorno e comodatário; (v) supatentado incidente sobre serviços prestados a outras operadoras e clientes não beneficiados pela isenção e; (x) chamadas originárias dos terminais administrativos ou de teste.

c) ANATEL/MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
• FUST: Mandado de Segurança Impetrado pelas operadoras móveis para reconhecimento do direito de não inclusão de receitas de interconexão na base de cálculo do FUST, conforme disposto no Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000. Foi obtida sentença de 1ª instância favorável às operadoras e aguarda-se decisão de 2ª instância.

• PPNUM: A Vivo, em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui questionamento judicial no tocante ao Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração cobrado pela Anatel em função da utilização, pelas operadoras, de recursos de numeração gerenciados pela ANATEL, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda-se julgamento do recurso no Tribunal Regional Federal. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2010 é de R\$2.013 (R\$1.883 em 31 de dezembro de 2009).

• EBC (Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública)
Em 26 de maio de 2009, o Sinditelebrasil - Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e PESSOAL ingressou com Mandado de Segurança não havendo a liminar, contribuição à EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), criada pela Lei nº 11.652/08. Não houve despacho liminar, sendo que as operadoras filiais ao referido sindicato obtiveram atuação judicial para efetuar o depósito da quantia em discussão.

No presente momento, o processo aguarda decisão de 1ª instância.

e) Tributos Municipais
A Vivo possui discussões administrativas e judiciais relacionadas ao ISS, envolvendo os seguintes objetos: (a) atividades-meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (b) Tarifa de Uso da Rede Móvel (T-UM) - locação de infra-estrutura; (c) serviços de publicidade; (d) serviços prestados por terceiros; (e) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); (f) serviços de co-billing; (g) incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e; (h) incidente sobre habilitação de linha. Em 31 de dezembro de 2010, o montante envolvido era de R\$79.542 (R\$95.214 em 31 de dezembro de 2009).

f) Outros
Em 31 de dezembro de 2009, a Vivo possuía outras causas a serem avaliadas com probabilidade de perda possível que totalizavam R\$1.015.

21. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora	Consolidado
Serviços e mercadorias (a)	31.12.10	31.12.09
Doações de equipamentos (b)	61.693	50.776
Subvenções governamentais (c)	-	29.164
Programa de fidelidade	2.797	32.138
Total	3.791	47.131
Circulante	65.920	548.575
Não circulante	2.361	60.634

a) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multitelemetia, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.
b) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
c) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa TESS), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais e com cadastro no BNDES (Finame) e aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.
A seguir, demonstramos as movimentações das receitas diferidas:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01.01.09	-	614.252
Ingressos	-	12.778.988
Baixas	-	(12.768.532)
Saldos em 31.12.09	-	624.708
Incorporação Telemig Celular	70.464	-
Ingressos	530.780	13.505.891
Baixas	(532.963)	(13.521.390)
Saldos em 31.12.10	68.281	609.209
Circulante	65.920	548.575
Não circulante	2.361	60.634

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora	Consolidado
Grupoamento de ações (*)	31.12.10	31.12.09
Obrigações com empresas do grupo	203.140	190.489
Outras obrigações	328	471
Total	203.661	191.287
Circulante	203.341	190.951
Não circulante	320	336

(*) Refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia e de suas controladas.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia poderá aumentar o seu capital social até o limite de 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões) de ações (capital autorizado), ordinárias ou preferenciais, independente de reforma estatutária, sendo o Conselho de Administração, o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações dentro do referido limite.
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de fevereiro de 2009, foi aprovado o aumento de capital em R\$189.896, sem a emissão de novas ações, correspondente ao benefício fiscal do ativo incorporado relativo ao exercício de 2008. Nesta data, o capital social passou de R\$6.710.526 para R\$6.900.422.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2009, foi aprovado o aumento de capital de R\$189.728 contra emissão de 26.374.793 ações de juros sobre capital próprio, das trocas de ações com os minoritários da Telemig Participações, sendo 993.854 ações ordinárias e 25.380.939 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Nesta data, o capital social passou de R\$6.900.422 para R\$8.780.150.
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social da Companhia era de R\$8.780.150, subscrito e integralizado, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Qtde. ordinárias	%	Qtde. Preferenciais	%	Total	ações em tesouraria	%	exceto ações em tesouraria	%
Acionistas Telefônica S.A.	52.731.031	38,4	91.087.513	34,6	143.818.544	35,9	36,0	-	-
Participações S.A.	52.116.302	38,0	24.669.191	9,4	76.785.493	19,2	19,2	-	-
TBS Celular	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações Ltda.	17.204.638	12,5	291.449	0,1	17.496.087	4,4	4,4	-	-
Subtotal do grupo controlador	122.051.971	88,9	116.048.153	44,1	238.100.124	59,4	59,6	-	-
Ações em tesouraria	-	-	1.123.725	0,4	1.123.725	0,3	-	40,4	40,4
Outros acionistas	15.217.217	11,1	146.272.761	55,5	161.489.978	40,3	40,4	-	-
Total	137.269.188	100,0	263.444.639	100,0	400.713.827	100,0	100,0	-	-

b) Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores
De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPs, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R/CPs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, incluindo as despesas capitalizadas no exercício foram ajustadas em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia, no montante de R\$1.258.853, referente ao ágio gerado no processo de incorporação de ações (troca de ações) da Telemig, Telemig Participações e Vivo Participações.

c) Reservas de Capital
c.1) Reserva de ágio
Esta reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão. O montante em 31 de dezembro de 2010 e 2009 era de R\$515.089.
c.2) Reserva Especial de Ágio
Esta reserva foi constituída em decorrência dos processos de reestruturação societária, em contrapartida ao ágio líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio líquido incorporado em novos fiscais. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção das suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício deste direito serão entregues diretamente ao acionista controlador.
Com a capitalização de R\$189.896, efetuada em 12 de fevereiro de 2009, todo o montante de benefício fiscal foi capitalizado em favor dos acionistas controladores, consequentemente, não haverá novas capitalizações relativas a esses específicos benefícios fiscais no futuro.

c.3) Incentivos Fiscais
Representa os valores de aplicações em incentivos fiscais referente a exercícios anteriores. O saldo apresentado da Companhia foi originado pela incorporação da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A., ocorrida em 22 de fevereiro de 2006. O montante em 31 de dezembro de 2010 e 2009 era de R\$3.589.

d) Reserva de Lucro
d.1) Reserva Legal
A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A partir de então, as destinações a essa reserva não são mais obrigatórias, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76. O montante em 31 de dezembro de 2010 era de R\$259.216 (R\$164.524 em 31 de dezembro de 2009).
d.2) Reserva para Expansão
A reserva para expansão foi constituída em 22 de fevereiro de 2006 em decorrência da incorporação das holdings Celular CRT Participações S.A., Tele Sudeste Celular Participações S.A., Tele Leste Celular Participações S.A. e Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. Esta reserva visa manter recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e do saldo da conta de lucros acumulados. Esta reserva é suportada por orçamento de capital aprovado em assembleia de acionistas. Em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$199.048 foi utilizado para recomprar prejuízos acumulados.

Em Reunião de Diretoria realizada em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a destinação do saldo remanescente desta reserva, no montante de R\$528.424, a títulos de dividendos complementares, a qual será homologada em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no primeiro semestre de 2011.
d.3) Reserva de Contingências e Ações em Tesouraria
Os valores registrados são oriundos do processo de cisão da Companhia Jiogensense de Telecomunicações - CRT, e tem por finalidade garantir eventual decisão judicial acerca de ações judiciais sobre capitalizações de exercícios sociais de 1996 e de 1997 ocorridas naquela empresa. O montante em 31 de dezembro de 2010 e 2009 era de R\$11.070.

e) Proposta da Administração para distribuição de Dividendos Complementares
Após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios (incluindo juros sobre o capital próprio), a Companhia mantém nesta rubrica os montantes de R\$1.841.061 em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a proposta da Diretoria Executiva, os quais serão deliberados em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no primeiro semestre de 2011.

f) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio
As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com prioridade no recebimento de dividendos mínimos, não cumulativos, equivalentes ao maior entre: f.1) 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia, ou;

f.2) 3% (três por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido pelo número total de ações da Companhia, bem como direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido para as ações preferenciais. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2010, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2009 no montante de R\$871.394, com R\$34.569 aplicados para Reserva Legal e R\$827.825 como dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo R\$104.136 como juros sobre o capital próprio bruto (R\$88.156, líquidos do imposto de renda retido na fonte) e R\$723.689 como dividendos. Adicionalmente foram distribuídos R\$6.676 como dividendos complementares.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	31.12.10	31.12.09
Lucro líquido do exercício (**)	1.893.833	871.394
Apropriação à reserva legal	(94.692)	(43.569)
Saldo	1.799.141	827.825
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	449.785	206.956
Juros sobre o capital próprio propostos (bruto)	220.000	104.136
Imposto de renda retido na fonte	(33.000)	(15.620)
Juros sobre o capital próprio propostos (líquidos)	187.000	88.516
Dividendos propostos	262.785	118.444
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	487.285	222.925
Efeitos de outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós emprego	(3.719)	-
Dividendos calculados a distribuir (**)	1.312.637	611.925
Realização da reserva para expansão, como dividendos complementares a distribuir	528.424	-
Total de dividendos complementares	1.841.061	611.925
Quantidade de ações (exceto opção por ações em tesouraria)	399.500.120	399.500.120
Juros sobre o capital próprio por ação líquido - em reais	4.679.99560	2.251.7055
Dividendos por ação - em reais	5.265.0518	1.531.38216

(*) O lucro líquido do exercício findo em 2009, apresentado no quadro anterior, refere-se ao resultado antes da aplicação dos ajustes de IFRS/CPs, o qual foi utilizado para os cálculos de todas as destinações do resultado de 2009.
(**) Com a aprovação ocorrida no AGE/AGO de 16 de abril de 2010, a Companhia destinou R\$611.925 de dividendos complementares relativos ao exercício social de 2009 a seus acionistas. Esses dividendos foram pagos em 19 de abril e 25 de outubro de 2010.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora	Consolidado
Frangia e utilização	783.397	11.432.259
Interconexão	463.517	6.354.729
Serviços de dados e SIV's	249.503	4.943.109
Outros serviços	17.520	22.940
Receta bruta de serviços de telecomunicações	1.513.937	22.954.776
Tributos sobre serviços	(293.480)	(5.017.003)
Descontos concedidos	(91.184)	(1.004.036)
Deduções da receita bruta de serviços de telecomunicações	(384.664)	(6.021.039)
Receta líquida de serviços de telecomunicações	1.129.273	16.933.737
Receta bruta de venda de mercadorias	118.462	2.762.012
Tributos sobre mercadorias	(13.597)	(45.521)
Devolução de mercadorias	(4.430)	(510.469)
Descontos concedidos	(55.697)	(1.045.091)
Deduções da receita bruta de mercadorias	(73.724)	(1.589.864)
Receta líquida de venda de mercadorias	44.738	1.172.148
Receta líquida total	1.174.011	18.105.885

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

25. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora	Consolidado
Interconexão	(209.742)	(2.621.659)
Depreciação	(58.717)	(1.522.640)
Impostos, taxas e contribuições	(67.333)	(1.151.600)
Serviços de terceiros	(35.522)	(728.416)
Amortização	(22.575)	(425.542)
Aluguéis, seguros e condomínios (*)	(38.358)	(389.688)
Meios de conexão	(23.235)	(349.061)
Pessoal	(117.540)	(141.580)
Outros insumos	(3.826)	(18.020)
Custo dos serviços prestados	(471.247)	(7.412.166)
Custo das mercadorias vendidas	(69.342)	(1.049.342)
Total	(540.609)	(8.461.508)

(*) Os montantes de custos de swap de infraestrutura, enquadrados na nota 3.2m, que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram de R\$19.821 e R\$6.112, respectivamente (nota 28).

26. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora	Consolidado
Serviços de terceiros	(116.699)	(2.465.059)
Pessoal	(45.508)	(616.784)
Publicidade	(35.743)	(510.469)
Depreciação	(19.419)	(438.220)
Doações	(10.249)	(32.178)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(17.454)	(169.649)
Amortização	(1.264)	(81.858)
Aluguéis, seguros e condomínios	(3.533)	(78.997)
Outros insumos	(3.742)	(117.425)
Total	(253.611)	(4.800.639)

27. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	Consolidado
Serviços de terceiros	(42.884)	(16.288)
Pessoal	(19.705)	(2.252)
Amortização	(1.021)	-
Depreciação	(2.491)	(2)
Aluguéis, seguros e condomínios	(3.135)	(13)
Outros insumos	(5.342)	(913)
Total	(74.878)	(19.468)

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora	Consolidado
Infraestrutura compartilhada e EILD (*)	12.158	-
Multas	8.291	-
Despesas recuperadas	174	9
Aluguel de imóveis	-	18.995
Provisão para demandas judiciais e administrativas, liquadas	(12.719)	191
Outros serviços, custos	(1.528)	(14.166)
PIS e COFINS	(2.879)	(42)
Outros impostos, taxas e contribuições	(1.793)	(66)
Alienação e provisões para perdas e ganhos em ativos	(1.930)	1.935
Outras receitas (despesas) operacionais	1.175	(1.958)
Total	949	69

(*) Os montantes de contratos de swap de infraestrutura, enquadrados na nota 3.2m, que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram de R\$19.821 e R\$6.112, respectivamente (nota 25).

29. DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora	Consolidado
Receitas Financeiras:	2010	2009
Juros de aplicações judiciais, Tributos, depósitos judiciais, clientes e outras operações financeiras	44.858	37.297
(-) PIS e COFINS sobre juros sobre o capital próprio (a)	(31.489)	(38.561)
Total	13.885	252.659
Despesas Financeiras:	2010	2009
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(155.459)	(213.320)
Operações com derivativos	(3.422)	(6.739)
Encargos licenças 3b (b)	-	-
Fornecedores, tributos, contingências e outras operações	(5.093)	(5.545)
Total	(163.974)	(225.604)

Variações monetárias e cambiais:
Empréstimos, financiamentos e debêntures
Operações com derivativos
Fornecedores e outras operações
Total

	Controladora	Consolidado
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.026	(3.719)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(63.992)	(10.527)
Total	(61.966)	(14.246)

b) Cronograma de pagamento
Em 31 de dezembro de 2010, os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e debêntures tinham a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2012	444.346	892.156
2013	643.657	1.093.468
2014	67,4	556.174
2015	1.604	467.227
2016 em diante	69.789	189.261
Total	1.226.843	3.198.286

c) Cláusulas restritivas
A Vivo possui empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de dezembro de 20



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados, eliminando os efeitos do benefício fiscal do ágio e os montantes relativos pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34%:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes dos tributos	1.955.799	864.987	2.717.273	1.468.607
Débito tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	(664.972)	(294.096)	(923.873)	(499.326)
Adições (exclusões) permanentes:				
Doações, multas, brindes e planos de pensão	(564)	(9)	(30.247)	(21.197)
Ajuste de DIPJ	5.584	(129)	3.947	(15.597)
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos tributários dos juros sobre o capital próprio e Telemig Participações	468.334	231.572	-	-
Amortização ágio - troca de ações Telemig e Telemig Participações	55.508	11.819	55.508	11.819
Crédito fiscal decorrente dos juros sobre o capital próprio destinados	74.800	35.407	74.800	35.407
Outras adições (exclusões)	(2.465)	589	(5.384)	(26.332)
Dedução de 30% dos tributos devidos com prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias não reconhecidas (*)	1.809	601	1.809	(75.205)
Débito tributário	(61.966)	(14.246)	(823.440)	(590.431)
Alíquota efetiva	3,17%	1,65%	30,30%	40,20%

(*) No montante de R\$75.205, demonstrado na coluna do consolidado de 2009, está incluída a reversão dos montantes dos prejuízos fiscais, base negativa e demais diferenças temporárias da Telemig Participações no momento de sua incorporação pela Companhia.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia e controlada participam de operações envolvendo instrumentos financeiros como *hedges*, *swaps* e opções visando minimizar a exposição cambial. Os riscos são sistematicamente gerenciados através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia e controlada são apresentados em atendimento aos IAS 39/CPC 38. A Companhia e controlada efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

a) **Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e controlada**
A Companhia e controlada estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros derivativos contratados. Os principais riscos de mercado a que a Companhia e controlada estão expostas na condução das suas atividades são: a.1) **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e controlada não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e controlada estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 18, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e controlada é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e controlada.

a.2) **Risco de Crédito**
Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços oferecidos a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores. A Companhia e controlada também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras, de valores a receber de operações de *swap* e do recebimento de fianças bancárias.

b) Valor justo

A seguir, apresentamos os valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2010:

	31.12.10				31.12.09				01.01.09			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos												
Caixa e equivalentes de caixa	329.223	329.223	2.140.817	2.140.817	257.111	257.111	1.258.574	1.258.574	10.706	10.706	2.182.913	2.182.913
Contas a receber, líquidas	283.349	283.349	2.821.472	2.821.472	-	-	2.546.806	2.546.806	-	-	2.578.498	2.578.498
Operações com derivativos	10.891	10.891	108.054	108.054	8.208	8.208	151.760	151.760	-	-	632.751	632.751
Outros ativos	9.989	9.989	234.568	234.568	987	987	174.067	174.067	2.790	2.790	268.844	268.844
Passivos												
Fornecedores e contas a pagar	382.501	382.501	3.424.616	3.424.616	2.345	2.345	3.053.587	3.053.587	4.463	4.463	3.726.324	3.726.324
Empréstimos e financiamentos	12.918	12.918	2.466.818	2.466.818	-	-	2.995.029	2.995.029	1.286.644	1.286.644	6.924.732	6.924.732
Debêntures e notas promissórias	1.443.306	1.447.072	1.443.306	1.447.072	2.128.249	2.129.465	2.128.249	2.129.465	1.078.424	1.078.424	1.078.424	1.078.424
Operações com derivativos	9.226	9.226	134.335	134.335	12.854	12.854	162.388	162.388	1.213	1.213	203.323	203.323
Outras obrigações	203.661	203.661	251.101	251.101	191.287	191.287	251.747	251.747	103.964	103.964	251.318	251.318

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

• Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações circulares se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

• O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários, debêntures e outras dívidas financeiras, assim como de outros passivos financeiros não circulares, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou zeros semelhantes e remanescentes.

• A Companhia e controlada contratam instrumentos financeiros derivativos junto a instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a *swaps* de taxas de juros e inflação e contratos cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem métodos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A seguir demonstramos o nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado da Companhia e controlada apresentados nas demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

	Controladora			Consolidado		
	Hierarquia de			Hierarquia de		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Valor contábil	Valor justo	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	-	-	650.924	650.924	650.924	650.924
Debêntures	80.712	80.712	80.712	80.712	80.712	80.712
Instrumentos derivativos	(1.665)	(1.665)	(1.665)	26.281	26.281	26.281
Total	79.047	79.047	79.047	757.917	757.917	757.917

(*) Instrumentos financeiros líquidos de provisão de imposto de renda.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. A Companhia e controlada não possuem instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3.

Conforme permitido pelo IFRS 1/CPC 37, a Companhia não divulgou informações comparativas da hierarquia do valor justo e divulgações de liquidez.

c) Operações com Derivativos

A Companhia e controlada firmaram contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio, em montante *notional* de US\$367.822 mil, e JPY1.338.853 mil, em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 415.637 mil, e JPY1.338.853 mil, em 31 de dezembro de 2009) para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 15 de outubro de 2009 foi contratado um *swap* indexado ao IPCA na ponta ativa e indexado a CDI na ponta passiva, no montante *notional* de R\$27.000, para cobrir a exposição dos fluxos da 3ª série de 4ª emissão de debêntures à variação do índice IPCA. Em sua contratação, este *swap* foi reconhecido como *hedge* de valor justo. Desde a data de transição, a Companhia e controlada aplicam os conceitos dispostos no IAS 32/CPC 40, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 39, que requerem que tais instrumentos sejam contabilizados no balanço patrimonial mensurados por seu valor justo. Alterações no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, salvo se forem atendidos critérios específicos para contabilização como *hedge*.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* são ajustados mensalmente ao valor justo. Para os derivativos classificados na categoria *hedge* de valor justo e avaliados como efetivos, a valorização (ou desvalorização) do valor justo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*, devem ser registrados em contrapartida a adequação conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.

A Companhia e controlada calculam a efetividade dos *hedges* de valor justo em bases contínuas (no mínimo trimestralmente) e, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os *hedges* contratados foram efetivos em relação às dívidas objeto desta cobertura. Conforme as regras de *hedge* de valor justo, desde que haja a opção da Companhia de qualificar estes contratos de derivativos como contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), a dívida coberta também é ajustada a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia e controlada não possuíam contratos de derivativos embutidos.

d) Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos da Companhia e controlada têm o objetivo de proteção contra o risco de variação cambial e de inflação, decorrentes de dívidas financeiras, direitos e obrigações denominadas em moeda estrangeira, em operação política corporativa de gestão de riscos. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso no objeto que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e 100,0% dos passivos cambiais financeiros estão protegidos (*hedged*).

A Companhia e controlada mantêm controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos, que na opinião da Administração são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia e controlada em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

e) Valores justos dos instrumentos financeiros e derivativos

O método de valuation utilizado para cálculo dos valores justos dos empréstimos, debêntures e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes em 31 de dezembro de 2010.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps* divulgados pela BM&FBovespa.

Os valores justos dos *swaps* cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes em 31 de dezembro de 2010 e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis. Os instrumentos financeiros divulgados a seguir estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços de telecomunicações é minimizado por um controle essencial de base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de planos de serviços na modalidade pós-pagos. A base de clientes da Companhia e controlada é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. Na modalidade de serviços pós-pagos, a Companhia estima com base em seu histórico que o risco de crédito está representado pelo montante de R\$212.923, reconhecido como provisão para redução ao valor recuperável. O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e vendas a bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias. O risco de crédito das operações é consultado e gerenciado através do representado pelo montante de R\$9.007, reconhecido como provisão para redução ao valor recuperável. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e controlada atuam de modo a diversificar essa exposição por meio da contratação de instituições financeiras de primeira linha, e de controles onde não são calculados os limites de risco por instituição financeira, conforme política de crédito de contrapartes vigente.

O risco com instituições financeiras está representado em grande parte pelas aplicações financeiras que totalizam o valor de R\$ 2.098.727, tendo como contrapartida o valor de R\$ 2.493.100 composto de *swaps* e empréstimos a pagar.

a.3) Risco de Taxas de Juros e Inflação

O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial* e IPCA) contratados a taxas flutuantes, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros.

A dívida com o BNDES tem como indexador a TJLP (taxa de juros de longo prazo). A partir de julho de 2009, foi anunciada redução da taxa para 6,00% a.a..

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada em 1 de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controlada investem o excesso de disponibilidade de R\$2.098.727 principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI.

a.4) Risco de Taxas de Câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos e as despesas decorrentes de empréstimos e empréstimos de compra de moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e controlada contratam instrumentos financeiros derivativos (*hedge cambial*) para protegerem-se da variação cambial decorrente da totalidade de empréstimos em moeda estrangeira. A partir de maio de 2010, foram contratadas operações de cobertura, através de instrumentos financeiros derivativos, para minimizar o risco de variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros referentes a direitos e obrigações denominados em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações.

O quadro a seguir, resume a exposição líquida consolidada da Companhia ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	Consolidado			
	31.12.10		31.12.09	
	Em milhares de			
	US\$	€	US\$	€
Empréstimos e financiamentos	(373.038)	(1.441.670)	-	(419.584)
Empréstimos e financiamentos - UMBNDES (*)	(920)	-	-	(2.485)
Obrigações e direitos em moeda estrangeira	2.276	-	501	-
Instrumentos derivativos	371.186	1.441.670	(500)	421.070
Total BNDES (insuficiência) de cobertura	(496)	-	1	(999)

(*) A UMBNDES é uma unidade monetária preparada pelo BNDES, composta por uma cesta de moedas estrangeiras, sendo a principal moeda o dólar norte-americano, razão pela qual a Companhia e sua controlada a consideram na análise de cobertura do risco relacionado às flutuações das taxas de câmbio do USD.

Além dos valores acima informados, a Vivo apresenta passivos em moeda estrangeira referente a outras obrigações com seus fornecedores. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 os saldos de outras obrigações em moeda estrangeira eram de US\$32.925 mil e €11.961 mil, para os quais nenhum instrumento financeiro de cobertura foi contratado.

	Consolidado			
	31.12.10		31.12.09	
	Em milhares de			
	US\$	€	US\$	€
Empréstimos e financiamentos	(373.038)	(1.441.670)	-	(419.584)
Empréstimos e financiamentos - UMBNDES (*)	(920)	-	-	(2.485)
Obrigações e direitos em moeda estrangeira	2.276	-	501	-
Instrumentos derivativos	371.186	1.441.670	(500)	421.070
Total BNDES (insuficiência) de cobertura	(496)	-	1	(999)

Descrição	Valor de referência (<i>notional</i>)		Valor justo		Efeito acumulado (a pagar)	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Contratos de swap						
(1) Índices de inflação						
Itaú	72.000	72.000	80.712	74.911	13.201	10.591
IPCA	72.000	72.000	80.712	74.911	13.201	10.591
Posição passiva						
Taxa pós	(72.000)	(72.000)	(76.737)	(77.174)	9.226	12.854
Itaú	(72.000)	(72.000)	(76.737)	(77.174)	9.226	12.854
CDI	(72.000)	(72.000)	(76.737)	(77.174)	9.226	12.854
Provisão de IRRF						
Ponta passiva	(2.210)	(2.210)	(2.383)	(2.383)		
Itaú	(2.210)	(2.210)	(2.383)	(2.383)		
CDI	(2.210)	(2.210)	(2.383)	(2.383)		
Valores a receber (pagar), líquidos de IRRF					1.665	(4.646)

(1) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$80.712) - operações de *swap* contratadas com vencimentos anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão - 3ª série) indexadas ao IPCA valor contábil de (R\$80.712).

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tem os saldos no ativo (líquido de IRRF) de R\$10.891 (R\$8.208 em 31 de dezembro de 2009) e no passivo de R\$9.226 (R\$12.854 em 31 de dezembro de 2009) para reconhecer a posição de derivativos.

Descrição	Consolidado				Efeito acumulado			
	Valor de referência (<i>notional</i>)		Valor justo		Valor a receber (a pagar)			
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Contratos de swap								
(1) Moeda estrangeira	647.764	728.040	651.857	759.581	114.286	158.117		
Abn Amro	-	78.079	-	95.327	-	3.026		
Banco do Brasil	22.225	22.225	22.225	26.415	-	-		
Citibank	181.2							



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

33.a) Controladas

As demonstrações financeiras incluem as informações das empresas controladas, conforme segue:

Empresa	Participação Societária	
	2010	2009
Vivo S.A.	100,00%	100,00%
Telemig Celular S.A.	n/a	100,00%

As transações entre a Companhia e controlada referem-se basicamente a pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio. Com a incorporação da Telemig, a partir de junho de 2010, a Companhia passou a ter operações de roaming com a Vivo (nota 1).

33.b) Termos e condições de transações com partes relacionadas:

Conforme descrito na nota 1f, a Telefônica adquiriu os 50% de participação acionária que a Portugal Telecom detinha na Brasilcel NV. Desta forma, para os saldos em 31 de dezembro de 2010, temos: i) as contas patrimoniais não demonstram os saldos com empresas do Grupo Portugal Telecom, mantendo estes montantes como "Fornecedores e Contas a Pagar"; ii) as contas de resultado registram as transações acumuladas até 30 de junho de 2010, sendo que as transações a partir desta data são mantidas nos respectivos grupos de receita ou despesa. Para os saldos comparativos de 2009, não houve alteração, dado que naquela época as empresas do Grupo Portugal Telecom eram consideradas partes relacionadas (*).

a) **Comunicação via celular local e para longas distâncias e uso de rede:** essas transações envolvem as empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador: Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP e controladas. Parte dessas transações foi estabelecida com base em contratos firmados pela TELEBRÁS e com operadoras concessionárias em período anterior à privatização, sendo as condições regulamentadas pela ANATEL. Inclui serviços de atendimento de clientes da Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN (*) e diversas empresas ligadas ao Grupo Telefônica, em *roaming* na rede das controladas.

b) **Assistência técnica:** refere-se à prestação de serviços de assessoria de gestão empresarial pela PT SGPS (*) e assistência técnica pela Telefônica S.A., Telefônica Internacional S.A., Telefônica com base em uma fórmula prevista nos contratos que inclui a variação do LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda) e a variação das ações PNs e ONs, que determinam um coeficiente que é aplicado sobre as receitas de serviços. No caso da operação da filial do Rio Grande do Sul, seu contrato prevê apenas um percentual fixo sobre a receita de serviços. Os contratos referidos acima foram encerrados em 4 de agosto de 2008.

c) **Prestação de serviços corporativos:** são repassados, pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.

d) **Prestação de serviços de tele-atendimento e promotores de vendas:** efetuados pela Atento Brasil S.A. e Mobitel S.A. - Dedic (*) aos usuários dos serviços de telecomunicações. Serviço contratado por 12 meses renováveis por igual período.

e) **Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas:** efetuados pela Portugal Telecom Inovação Brasil S.A. (*) e Telefônica Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil Ltda.

f) **Serviços de operador logístico, mensageria, motoboy e assessoria contábil financeira:** efetuados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.

g) **Serviços de provedor de conteúdo portal de voz:** prestados pela Terra Networks Brasil S.A.

h) **Serviços de roaming internacional:** prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefônica e Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN (*).

i) **Serviços de cobranças:** prestados pelas empresas Cobros Gestão de Serviços e Atento Brasil S.A.

j) **Aluguel de circuitos de dados e serviços de acesso à internet:** prestados pela Telefônica Empresas do Brasil Ltda. e Telefônica International Wholesale Brasil, ATelecom e Telefônica Engenharia e Segurança.

k) **Aluguel de prédios e vendas de ativos de call center:** aluguel de prédios próprios onde está instalada a infraestrutura de *call center* e venda de bens do ativo imobilizado utilizado para a operação do *call center* para as empresas Mobitel S.A. - Dedic (*), Atento Brasil S.A. e Cobros Gestão de Serviços.

l) **Serviços de telefonia móvel:** serviços de comunicação móvel prestados a empresas do Grupo da Telefônica e Portugal Telecom (*), mediante contratos firmados entre as partes.

Para as transações acima, os preços praticados e demais condições comerciais são acordados em contratos entre as partes.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Empresa	Controladora				
	Natureza da Transação	31.12.10		Resultado	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receitas	Despesas
Telecomunicações de São Paulo - Telesp	a)	18.995	22.514	87.845	(6.693)
Atento Brasil S.A.	l)/d)/f)	90	13.858	-	(21.000)
Mobitel S.A. - Dedic (*)	d)	-	-	487	(1.236)
Telefônica Data S.A.					
(Antes Telefônica Empresas S.A. Brasil)	j)	-	438	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	f)	-	27	-	(574)
Operadoras Grupo Telefônica (Roaming Internacional)	h)	55	162	91	(336)
Terra Networks S.A.	g)/l)	-	1	-	(67)
Telefônica Móveis Espana S.A.	h)	97	13	113	(23)
ATelecom S.A.	l)	1	-	27	-
Vivo S.A.	a)	2.782	1.189	11.140	(4.307)
Total		22.020	38.202	99.703	(34.236)

Empresa	Controladora				
	Natureza da Transação	31.12.09		Resultado	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receitas	Despesas
Telecomunicações de São Paulo - Telesp	c)	-	63	-	(592)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	f)	-	-	-	(1.173)
Vivo S.A.	c)	-	93	-	-
Total		-	156	-	(1.765)

Natureza da Transação	Consolidado				
	31.12.10		Resultado		Custos e Despesas
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receitas	Despesas	
Telecomunicações de São Paulo - Telesp	a)/c)/j)/l)	342.416	295.270	2.103.454	(418.401)
Portugal Telecom Inovação do Brasil Ltda. (*)	e)/f)	-	-	16	(17.041)
Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN (*)	h)	-	-	-	(1.263)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	f)	426	15.046	2.118	(61.954)
Telefônica International Wholesale	j)	-	460	-	(723)
Telefônica International Wholesale Brasil	j)/f)	54	4.985	161	(9.560)
Portugal Telecom, SGPS, S.A. (*)	b)	-	-	3.561	-
Telefônica Internacional S.A.					
Telefônica S.A.	b)	2.326	43.524	1.889	(300)
Cobros Gestão de Serviços	i)/k)	1	-	69	(728)
Atento Brasil S.A.	d)/k)/f)	5.070	54.196	18.115	(316.620)
Mobitel S.A. - Dedic (*)	d)/k)	-	-	1.572	(155.287)
Terra Networks S.A.	g)/l)	948	358	1.902	(373)
ATelecom S.A.	j)/f)	30	3.573	1.001	(12.441)
Telefônica Engenharia e Segurança	l)/j)	62	742	75	(694)
Telefônica Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil Ltda.	e)/f)	-	-	61	(415)
Telefônica Data S.A.					
(Antes Telefônica Empresas S.A. Brasil)	a)/j)	25	13.543	1.291	(16.694)
Telefônica Móveis Espana S.A.	h)	1.612	2.588	3.524	(11.984)
Operadoras Grupo Telefônica (Roaming Internacional)	h)	12.385	3.238	7.368	(9.168)
Telefônica Sistema de televisão S.A. (Antes Light Tree S.A.)	l)/d)	6	1	92	(1)
Total		365.361	450.413	2.146.849	(1.033.647)

Natureza da Transação	Consolidado				
	31.12.09		Resultado		Custos e Despesas
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receitas	Despesas	
Telecomunicações de São Paulo - Telesp	a)/c)/j)/l)	340.215	299.512	2.055.019	(294.255)
Telefônica Móveis Espana S.A.	h)	2.608	2.071	3.336	(411)
Portugal Telecom Inovação do Brasil Ltda. (*)	e)/f)	8	44.002	27	(15.461)
Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN (*)	h)	1.979	575	1.069	(75)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	f)	451	17.149	1.961	(60.706)
Telefônica International Wholesale	j)	-	24	-	(137)
Telefônica International Wholesale Brasil	j)/f)	9	2.095	31	(5.363)
Portugal Telecom, SGPS, S.A. (*)	b)	2.622	33.771	13.826	(1.589)
Telefônica Internacional S.A.					
Telefônica S.A.	b)	-	13.470	4.609	-
Telefônica S.A.	b)	2.148	45.113	15.426	(388)
Cobros Gestão de Serviços	i)/k)	1	561	-	(1.921)
Atento Brasil S.A.	d)/k)/f)	6.922	43.420	13.465	(294.227)
Mobitel S.A. - Dedic (*)	d)/k)	1.699	34.811	3.237	(300.779)
Terra Networks S.A.	g)/f)	724	592	490	(1.408)
ATelecom S.A.	j)/f)	338	2.829	4.228	(12.288)
Telefônica Sistemas do Brasil Ltda.	l)	6	1	87	(1)
Telefônica Engenharia e Segurança	l)/j)	5	52	57	-
TBS Celular Participações Ltda.	e)/f)	-	1.143	1	(1.296)
Telefônica Data S.A.	b)	-	13.152	-	-
(Antes Telefônica Empresas S.A. Brasil)	a)/j)	3.475	11.825	5.407	(14.193)
Operadoras Grupo Telefônica (Roaming Internacional)	h)	4.606	2.734	7.184	(15)
T. Personales Unifon	c)	-	168	-	-
Total		367.816	569.070	2.128.460	(1.004.513)

33.c) **Remuneração dos encargos chave da Administração**
A remuneração, os salários e os outros benefícios relacionados às pessoas chave da Administração estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Honorários e benefícios de curto prazo	1.639	1.682	7.667	9.423
Encargos sociais	551	386	873	3.488
Bônus (inclui encargos)	417	429	9.667	7.505
Outros benefícios de longo prazo	3	20	597	361
Outros benefícios	-	19	386	1.000
Total	2.610	2.536	19.190	21.777

34. SEGUROS

A Companhia e controlada mantêm política de monitoração e monitoração dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e controlada possuem contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, etc. A Administração da Companhia e controlada entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os limites máximos de indenização dos seguros são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais	718.080
Responsabilidade civil geral (RCG)	6.110

35. ÔNUS, RESPONSABILIDADES EVENTUAIS E COMPROMISSOS

A Companhia e controlada tem compromissos assumidos com arrendatários de diversas lojas e sites onde encontram-se instaladas estações rádio base (ERB's) já contratados em 31 de dezembro de 2010, nos montantes de R\$558.774 e R\$3.849.703, controladora e consolidado, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	103.869	706.080
Um ano até cinco anos	429.019	2.782.028
Mais que cinco anos	25.886	361.595
Total	558.774	3.849.703

36. BALANÇO PATRIMONIAL DA TELEMIG CELULAR S.A. - INCORPORAÇÃO

Conforme descrito na nota 2.1, demonstramos a seguir o balanço patrimonial da Telemig, levantado em 31 de maio de 2010, utilizado para a incorporação na Companhia.

ATIVO	PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	Pessoal, encargos e benefícios sociais	17.799
Aplicações financeiras em garantia	Fornecedores e contas a pagar	329.273
Contas a receber, líquidas	Impostos, taxas e contribuições	122.464
Estoques	Empréstimos e financiamentos	47
Tributos a recuperar	Juros sobre o capital próprio e dividendos	11.820
Dépósitos e bloqueios judiciais	Provisões	14.382
Despesas antecipadas	Outras obrigações	82.627
Outros ativos	Total do passivo circulante	578.412
Total do ativo circulante	640.588	
NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Realizável a longo prazo:	Exigível a longo prazo:	
Tributos diferidos e a recuperar	Impostos, taxas e contribuições	563.471
Despesas e preferências judiciais	Empréstimos e financiamentos	61.888
Dépósitos e bloqueios judiciais	Debêntures	12.530
Outros ativos	Provisões	51.894
Imobilizado, líquido	Outras obrigações	3.140
Intangível, líquido	Total do passivo não circulante	692.923
Total do ativo não circulante	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	995.882
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido	2.267.217

37. LUCRO POR AÇÃO

Em atendimento ao IAS 33/CEPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

O cálculo básico de lucro por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações ordinárias potenciais dilutivas.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do lucro básico e diluído por ação.

Numerador	31.12.10	31.12.09
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	1.243.254	548.347
Lucro disponível aos acionistas ordinários	650.579	302.394
	1.893.833	850.741

Denominador (em milhares de ações)

Média ponderada de número de ações preferenciais	262.321	247.078
Média ponderada de número de ações ordinárias	137.269	136.255
Total	399.590	383.333

Resultado básico e diluído por ação

Ação preferencial	4,7394	2,2193
Ação ordinária	4,7394	2,2193

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Debêntures

Conforme informado em aviso aos debenturistas no dia 14 de janeiro de 2011, em 13 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o resgate integral das debêntures da 1ª série da 2ª emissão da Companhia, totalizando 20.000 debêntures, escriturais, não-conversíveis em ação, da espécie quirográficas, com valor nominal de R\$10 (dez mil reais), totalizando R\$200.000 (duzentos milhões de reais), cujas características foram aprovadas nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 25 de abril de 2005 e 13 de maio de 2005 e a primeira repactuação em 30 de março de 2009.

O resgate foi efetuado nos seguintes termos e condições ("Emissão"):

(i) As debêntures foram resgatadas em 31 de janeiro de 2011 e canceladas. O valor efetivo do resgate foi de R\$206.279, sendo R\$200.000 de principal, R\$6.191 de juros e R\$88 de prêmio pelo resgate antecipado.

(ii) O resgate foi realizado pelo valor unitário das debêntures, na data da emissão, percentual: (i) da remuneração devida até a data do pagamento das debêntures resgatadas e (ii) de prêmio adicional calculado sobre o valor nominal unitário das debêntures ("prêmio"), equivalentes ao valor de R\$4,41 (quatro reais e quarenta e um centavos), por debênture, em conformidade com o disposto na cláusula 4.13 Instrumento Particular de Escritura de OPA - Incorporação de debêntures não conversíveis em ações ("escritura").

Oferta Pública de Ações (OPA) - Incorporação de ações da Vivo Participações e Telecomunicações de São Paulo (nota 1.d1).

Em 11 de fevereiro de 2011, a CVM concedeu o registro à OPA, sob nº CVM/SER/OPA/ALI/2011/002. O Edital completo da OPA foi publicado no dia 16 de fevereiro de 2011, no Valor Econômico, com todas as informações necessárias sobre a referida oferta pública de Ações.

DIRETORIA

ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA Diretor Presidente	CRISTIANE BARRETTO SALES Vice-Presidente Executiva de Finanças, Planejamento e Controle Diretora de Relações com Investidores
HUGO MATTOS JANEBA Vice-Presidente Executivo de Marketing e Inovação	ERCIO ALBERTO ZILLI Vice-Presidente de Regulamentação
PAULO CESAR PEREIRA TEIXEIRA Vice-Presidente de Operações	JOÃO JOSÉ GALLEGO NOURA Vice-Presidente de Recursos
JAVIER RODRÍGUEZ GARCÍA Vice-Presidente de Redes	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUÍS MIGUEL GILPÉREZ LÓPEZ Presidente	EDUARDO FERNANDO CARIBE EMILIO GAYO RODRIGUES FELIX PABLO IZORRACA CANO IGNACIO ALLER MALLO	RUI MANUEL DE M D'ESPINEY PATRICIO ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA IGNACIO CUESTA MARTIN-GIL JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE
---	---	--

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos		Membros Suplentes	
PETER EDWARD MR WILSON Representante dos Preferencialistas	PAULA BRAGANÇA FRANÇA MANSUR JUAREZ ROSA DA SILVA	CLAUDIO JOSÉ CARVALHO DE ANDRADE Representante dos Preferencialistas	ADEMIR JOSÉ MALLMANN HÉRIO PAULO S. ANDRIOLA